

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial
6800007/2002 - DR/SC
ALESC
CORREIOS

Distribuição gratuita

Raimundo Colombo conquista única vaga ao Senado



Página 15

Estado tem a primeira votação 100% eletrônica do país

Página 2

E MAIS...

Especialistas analisam cenário político brasileiro

Páginas 20 a 23

Eleitor catarinense renova 37,5% dos parlamentares

Quinze novos representantes estaduais foram escolhidos pelos catarinenses e irão assumir, ao lado de 25 deputados reeleitos, o mandato de 2007-2011 na Assembleia Legislativa

As eleições 2006 deixaram a marca da renovação no Legislativo estadual. Os quatro milhões de eleitores optaram por alterar 37,5% dos seus deputados. Retornam para o próximo mandato 25 dos 40 atuais parlamentares, enquanto 15 novos representantes assumirão em 1º de fevereiro de 2007. Desses, treze são estreantes na Assembleia.

As mudanças alteram as bancadas. O PMDB aumentou de oito para 11 o número de vagas, enquanto o PT reduziu de oito para seis os parlamentares. PFL, PSDB e PP mantêm seis vagas cada, o PDT cresceu de um para dois deputados. PL, PTB e PPS garantiram uma vaga cada. A nova correlação de forças tenderá a facilitar projetos do Executivo, no caso da reeleição de Luiz Henrique da Silveira (PMDB), cuja coligação soma 24 vagas no Legislativo, ou exigir empenho de Esperidião Amin (PP), caso vença a disputa contando com apenas seis deputados progressistas.

Páginas 4 a 14



Carlos Kilian

Em contrapartida à apatia demonstrada durante a campanha, o eleitor apostou em novos nomes para o Legislativo

Luiz Henrique e Amin se enfrentam no segundo turno

Os catarinenses decidem no próximo dia 29 quem estará à frente do governo do Estado pelos próximos quatro anos. De um lado, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), que tenta a reeleição e que manterá a estratégia de união de forças, atraindo os partidos e candidatos derrotados no primeiro turno para a coligação Todos por Toda Santa Catarina. Na outra ponta, Esperidião Amin (PP), da coligação Salve Santa Catarina, também espera apoio dos ex-adversários,

Luiz Henrique
48,9%
X
Esperidião Amin
32,77%

prometendo aproveitar suas "boas idéias", além de estimular o espírito de renovação dos catarinenses, que tradicionalmente não reelegem seus governantes. Ambos acreditam na vitória, mas o resultado do primeiro turno revelou que muitos eleitores estão alheios ou descontentes com as opções: mais de 300 mil votos nulos e brancos, que representam 8,74% do eleitorado, foram registrados no dia 1º de outubro.

Página 3

Brasileiros escolhem próximo Presidente no dia 29

A expectativa de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no primeiro turno foi frustrada pelos eleitores, que deixaram a definição do líder do país para o próximo dia 29. A divisão do eleitorado foi registrada nas urnas, que somou 48,61% dos votos válidos para Lula e 41,64% para Geraldo Alckmin (PSDB).

O atual presidente promete ampliar as políticas sociais, em especial o Bolsa-Família; acelerar o crescimento da economia, com preços estabilizados,

equilíbrio fiscal, redução da vulnerabilidade externa e das taxas de juros. Na educação, afirma que vai instituir o Piso Salarial Profissional, a partir da aprovação do Fundeb.

Alckmin promete o crescimento econômico, induzido através de corte de impostos e ajuste no câmbio; anuncia um verdadeiro "choque de gestão" com enxugamento da máquina administrativa e ampliação do Bolsa-Família.

Lula
48,61%
X
Alckmin
41,64%

Página 3

ELEIÇÕES

Santa Catarina totaliza eleição sem voto manual



O presidente do TRE, Orli Rodrigues, anunciou que Princesa foi o primeiro município do país a concluir a apuração

Rodrigo Viegas

Pela primeira vez na história das eleições brasileiras um Estado da União pode comemorar a totalização exclusiva com votos eletrônicos. Santa Catarina saiu na frente: os 4.168.495 de eleitores catarinenses não enfrentaram nenhum incidente relevante no pleito e nenhum voto manual foi registrado, o que possibilitou o fechamento da apuração às 21h45, duas horas antes do prazo previsto pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE/SC). Apesar disso, Santa Catarina não foi o primeiro Estado a finalizar a apuração. O Espírito Santo, assim como na última eleição, manteve-se no posto por uma diferença de apenas dois minutos.

No âmbito municipal, a cidade catarinense de Princesa foi a primeira a concluir a apuração em

todo país, às 17hs15min, enquanto Chapecó foi o último município a finalizar a tarefa no Estado. Para o Diretor Geral do TRE/SC, Norberto Ungaretti, "a corrida pela apuração é salutar e a intenção maior é apresentar uma eleição com total

Tribunal Regional Eleitoral concluiu a apuração às 21h45, mais de duas horas antes do previsto

transparência e eficiência".

Das 16.092 urnas eletrônicas instaladas em 12.585 seções eleitorais do Estado, apenas 85 precisaram ser trocadas. Segundo o Secretário de Informática e

Eleições do TRE/SC, Gonsalo Agostini Ribeiro, os problemas foram ocasionados pela falta de energia elétrica em razão das fortes chuvas que caíram, principalmente, no Oeste e no Litoral do Estado.

Na avaliação do Presidente do TRE/SC, desembargador Orli Athayde Rodrigues, a eleição 2006 ocorreu normalmente, sem incidentes, nos 293 municípios. "Isso graças à coesão e ao trabalho exemplar executado pelo Tribunal."

RENÚNCIAS - Um dia antes da eleição seis candidatos, três para deputado estadual e três para federal, renunciaram após a configuração final das urnas eletrônicas e, com isso, seus nomes e números permaneceram como opção. O TRE informou que os votos recebidos por eles foram revertidos à soma dos votos de seus respectivos partidos.

Urna eletrônica auxilia no combate a corrupção

Denise Arruda Bortolon

Santa Catarina foi o Estado pioneiro no uso da urna eletrônica. A primeira eleição totalmente informatizada no Brasil ocorreu em 12 de fevereiro de 1995, em Xaxim, no Oeste catarinense, nas eleições municipais. No entanto, o processo eletrônico já havia sido testado em 1989, quando 373 eleitores da 90ª seção eleitoral do município de Brusque, Médio Vale do Itajaí, fizeram a escolha do seu candidato num terminal de votação eletrônica. Em 1994, cinco sessões do Educandário Imaculada Conceição, em Florianópolis, escolheram seus representantes nas eleições em segundo turno, com muito sucesso. Ainda em fase de teste ela foi utilizada na realização de plebiscitos por todo o país. Em 1995, 32 municípios foram emancipados no mesmo dia pelo sistema eletrônico, simultaneamente.

Depois dessas experiências bem sucedidas, a urna eletrônica foi implantada em 57 municípios brasileiros, nas eleições de 1996. Em 2000, 100% do eleitorado utilizou-a para a votação, totalizando 353.737 equipamentos no país. Só em Santa Catarina foram utilizadas 14.342 urnas.

O primeiro equipamento, nos moldes dos que são utilizados hoje, foi desenvolvido e testado em 1992 pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em parceria com a Universidade do Vale do Itajaí (Univali). O equipamento da época foi aperfeiçoado, ficou mais barato, mais leve, com dispositivos para deficientes visuais e auditivos, além de receber sistemas modernos de segurança, semelhantes aos usados pelos bancos. Todos

os testes foram acompanhados pelo Centro de Desenvolvimento da Tecnologia e Aeronáutica (CTDA) e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Atualmente, oito países a utilizam e novas tecnologias vão tornar o equipamento ainda mais seguro e eficiente. Nas próximas eleições, o TRE catarinense deve implementar a identificação biométrica do eleitor - através da impressão digital.

O desembargador Francisco Xavier Medeiros Vieira presidia o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) em 1995, quando obteve o aval do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para a implantação do voto eletrônico. Nas eleições de Xaxim, quando foi testado o equipamento, o prefeito vitorioso foi declarado em 19 minutos. "Isso porque houve atraso, já que a contagem estava prevista para ser feita em nove minutos", lembra.

Para Medeiros Vieira, o fato mais importante da nova tecnologia foi o fim da corrupção no ato de votar, já que a cédula manual permitia um amplo leque de fraudes, entre elas o denominado "voto formiguinha", em que o eleitor entrava na seção com uma cédula idêntica a original e colocava na urna, o que acabava anulando seu voto. Entretanto, a cédula original era levada pelo eleitor para fora da seção e entregue para uma outra pessoa, que a preenchia de acordo com suas conveniências e colocava na urna. Esse voto era válido pois a cédula era original. A junta eleitoral que fazia a contagem dos votos manuais também era um ponto preocupante e frágil, levando dias para que fosse oficializada a vitória de alguns candidatos, isso quando não havia a recontagem de votos.

Mesa

AL NOTÍCIAS

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense / Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Cleia Maria Branganholo e Mirela Maria Vieira

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychn, Stela Martins, Edna Schumacker e Janine Koneski de Abreu

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Rubens Vargas, Sandra Annuseck, Scheila Dzedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer, Simone M. Alves e Soraia Boabaid

Estagiários: Aline Eni Moreira, Ana Paula da Silva Lopes, Bruna Luzia Vieira, Fabiano Vanderlei Rosa, Gabriel Faraco, Luciana Bez Lopes, Robson Barbosa, Robson Ribas e Viviane Olga da Fonseca

ELEIÇÕES

PMDB X PP: quem chegará ao governo?

Como em 2002, Luiz Henrique da Silveira e Esperidião Amin disputarão voto a voto a preferência dos catarinenses

Rose Mary Paz Padilha

Ambos já ocuparam o mais importante cargo do Executivo catarinense e a exemplo da eleição passada, disputarão um a um os votos dos eleitores catarinenses no próximo dia 29, quando ocorrerá o segundo turno das eleições.

De um lado, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), da coligação "Todos por Toda Santa Catarina" (PMDB/PFL/PSDB/PPS/PTdoB/PHN), que renunciou ao governo para concorrer à reeleição. Com 66 anos de idade, nascido em Blumenau, foi prefeito de Joinville por três vezes, deputado estadual, federal e também ministro da Ci-

ência e Tecnologia. Formado em Direito, é autor de vários livros, entre eles o Gesto e a Palavra, O Exercício da Legalidade e Sempre aos Domingos.

Um dos pontos fortes da sua campanha e que se repetirá no segundo turno é o projeto de descentralização, que segundo ele vem proporcionando o desenvolvimento harmônico de todos os municípios do Estado.

Logo após o término da apuração pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE/SC), quando perguntado sobre sua expectativa para o segundo turno, Luiz Henrique disse que está confiante na vitória e que não se preocupará com ataques



Jaksson Zanco/Divulgação

Eleitores terão menos de um mês para decidir quem vai comandar Santa Catarina nos próximos quatro anos

Números em Santa Catarina

Votos válidos:	3.274.539	(91,26%)
Votos nulos:	192.037	(5,35%)
Votos em branco:	121.597	(3,39%)
Luiz Henrique da Silveira (PMDB):	1.601.181	(48,90%)
Esperidião Amin (PP):	1.073.053	(32,77%)
José Fritsch (PT):	468.302	(14,30%)
Antônio Carlos Sontag (PSB):	79.893	(2,44%)
Manoel Dias (PDT):	30.815	(0,94%)
João Fachini (P-Sol):	17.637	(0,54%)
Elpidio Neves (PTC):	2.589	(0,08%)
Cesar Alvarenga (PSDC):	1.069	(0,03%)

do candidato adversário, caso ocorram. Falou também que buscará apoio nos demais candidatos que disputaram o primeiro turno e que todos serão bem-vindos.

Com o mesmo entusiasmo está o candidato do PP, Esperidião Amin, da coligação "Salve Santa Catarina" (PP/PMN/PV/PRONA), que antes de votar pela manhã foi até a igreja perto do seu local de votação e rezou por 15 minutos.

Amin, de 59 anos, que sempre acreditou que haveria segundo

turno, é formado em Administração de Empresas pela Escola Superior de Administração e Gerência (Esag). Foi prefeito de Florianópolis e governador do Estado por duas vezes, além de senador. Também é autor de várias obras, com destaque para O Bom Exemplo e Não à Ideologia do Egoísmo.

Sobre o segundo turno, disse que não vai encarar a disputa como uma revanche e que os números das urnas revelados hoje

são "uma explosão de liberdade contra o cabresto". Nas semanas que antecedem o segundo momento do pleito eleitoral, Amin voltará suas propostas para a melhoria do Estado nos setores da educação, agricultura, segurança e infra-estrutura. Classificou de "bravos" os demais candidatos que disputaram o governo catarinense e que também espera deles apoio no segundo turno, aproveitando as boas idéias por eles apresentadas.

Lula e Alckmin também no segundo turno

O favoritismo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), candidato à reeleição, não foi confirmado pelos eleitores brasileiros residentes no país e também no exterior, que votaram neste domingo. Os brasileiros estão literalmente divididos.

O sonho do candidato do PT de chegar ao segundo mandato já no primeiro turno pode ter sido prejudicado pelas denúncias de corrupção no Palácio do Planalto, dividindo as opiniões e os votos dos eleitores. O resultado das urnas neste domingo surpreendeu pela expressiva votação de Geraldo Alckmin, assim como pelo baixo percentual de sufrágios à candidata do P-Sol, Heloísa Helena, que não alcançou 7% dos votos válidos.

Os resultados deste domingo apontam para uma campanha de segundo turno acirrada e, provavelmente, repleta de novas denúncias e acusações.

Geraldo Alckmin (PSDB)

Médico com especialização em anesthesiologia, Alckmin, 53 anos, optou pela vida pública e iniciou a carreira política aos 19, quando foi eleito vereador.

Aos 23 tornou-se o prefeito mais jovem do município de Pindamonhangaba, interior de São Paulo. Em 1982 conquistou uma vaga à Assembleia Legislativa do estado pelo PMDB. Em 1986 chegou à Câmara dos Deputados, onde se destacou com o projeto do Código de Defesa do Consumidor, em vigor. Foi um dos fundadores do seu atual partido, o PSDB, e em 1994, ao lado de Mário Covas, foi eleito vice-governador. Com a morte do titular, assumiu o cargo e em 2002 reelegeu-se.



Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

Com 60 anos de idade, o sindicalista e torneiro mecânico que estudou até a quinta série do ensino fundamental e ficou à frente do Poder Executivo Nacional nos últimos quatro anos, ingressou no sindicalismo em 1969. Onze anos mais tarde participou da fundação do Partido dos Trabalhadores. Em 1986 foi eleito deputado federal, sendo o mais votado para a Assembleia Nacional Constituinte. Persistente e veterano, concorreu à presidência por quatro vezes: 1989, 1994, 1998 e em 2002, quando foi eleito. Esta é a terceira vez que Lula vai disputar o segundo turno nas eleições presidenciais.

Números em Santa Catarina

Votos válidos:	95.988.995	(76,24%)
Votos nulos:	5.956.477	(5,68%)
Votos em branco:	2.865.891	(2,73%)
Luiz Inácio Lula da Silva (PT):	46.658.288	(48,61%)
Geraldo Alckmin (PSDB):	39.965.329	(41,64%)
Heloísa Helena (P-Sol):	6.574.890	(6,85%)
Cristovam Buarque (PDT):	2.538.737	(2,64%)
Ana Maria Rangel (PRP):	126.401	(0,13%)
José Eymael (PSDC):	63.290	(0,07%)
Luciano Bivar (PSL):	62.060	(0,06%)

Divulgação

Divulgação

ELEIÇÕES

Carlos Killian



Número de votos não garante vaga

Receber o maior número de votos não garante assento nas casas legislativas. Os deputados federais, estaduais, distritais e vereadores são eleitos segundo as regras das eleições proporcionais.

Diversamente do que ocorre nas eleições majoritárias (presidente e vice-presidente da República, governador e vice-governador, prefeito e vice-prefeito, e senador), nem sempre os candidatos mais votados ocuparão uma vaga na Casa Legislativa. É necessário que o partido ou coligação a que pertença o candidato obtenha um número mínimo de votos, expresso por meio do quociente eleitoral.

Os candidatos eleitos serão os mais votados por partidos e coligações de forma a preencher as vagas que tais agremiações obtiverem na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Distrital (DF) ou nas Câmaras Municipais.

Para determinar o número de vagas a que cada partido ou coligação terá direito, são realizados dois cálculos: o do quociente eleitoral e do quociente partidário.

Bancada peemedebista será a maior da Casa. P-SOL e PSB perderam a representação, enquanto o PDT ganhou mais uma cadeira

Renovação na AL chega a 37,5%

Dos atuais parlamentares, 25 foram reeleitos. Treze assumem primeiro mandato

A Assembleia Legislativa terá, a partir de 1º de fevereiro de 2007, 15 novos deputados entre os 40 parlamentares eleitos em 1º de outubro. O índice de renovação é 37,5%, considerando o universo total. Porém, apenas 34 deputados da atual legislatura disputaram a reeleição. Destes, 25 garantiram um novo mandato. Nesse universo, 73,53% obtiveram êxito no pleito eleitoral.

A correlação das forças partidárias também vai mudar na próxima legislatura. Em termos de representatividade, duas bancadas

cresceram: a do PMDB e a do PDT. As bancadas do PFL, PSDB, PP, PL, PPS e PTB mantiveram o mesmo número de cadeiras no Legislativo estadual, enquanto a do PT perdeu duas vagas. P-SOL e PSB que hoje têm um deputado cada, perderam assento na Assembleia Legislativa.

O PMDB terá, com folga, a maior bancada na Assembleia, com 11 deputados. Hoje são oito os peemedebistas, número igual ao da atual bancada do PT que, a partir do ano que vem, terá seis parlamentares. Mesmo número de

cadeiras conquistadas nesta eleição pelo PFL, o PSDB e o PP. O PL e o PTB conseguiram manter uma vaga cada, enquanto o PDT passou de um deputado para dois.

Considerando as coligações, a aliança construída em torno da candidatura do ex-governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), Todos por Toda Santa Catarina, elegeu ao todo 24 parlamentares, o que significa, em tese, a maioria absoluta no Legislativo. Se for eleito em 29 de outubro, Luiz Henrique tem ambiente propício para aprovar sem problemas seus

projetos no Legislativo estadual.

Da coligação que apóia o ex-governador Esperidião Amin (PP), Salve Santa Catarina, apenas o seu partido conquistou vagas na Assembleia, o que representa apenas 15% dos eleitos no Poder Legislativo. Se for ele o escolhido no segundo turno deste pleito terá que negociar tanto com as siglas que estão "avulsas" na Casa, quanto com adversários para obter maioria. Conheça a seguir os 40 deputados eleitos à Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Nova composição das bancadas

Todos por Santa Catarina

PMDB - 11
Herneus de Nadal
Ronaldo Benedet
Rogério Mendonça
Romildo Titon
Antônio Aguiar
Moacir Sopelsa
João Henrique Blasi
Renato Hining
Manoel Mota
Genésio Goulart
Ada de Lucca

PFL - 06
César Souza Júnior
Julio Garcia
Darci de Matos
Onofre Agostini
Gelson Merísio
Jean Kuhlmann

Força do Povo

PT - 06
Ana Paula Lima
Pedro Uczai
Padre Pedro
Jailson Lima da Silva
Dirceu Dresch
Décio Góes

PL - 01
Odete de Jesus

Salve Santa Catarina

PP - 06
Jandir Bellini
Silvio Dreveck
Joares Ponticelli
Kennedy Nunes
Reno Caramori
Valmir Comin

Por Uma Nova Santa Catarina

PTB - 01
Narcizo Parisotto

PDT - 02
Sargento Soares
Dagomar Carneiro

PSDB - 06
Clésio Salvaro
Nilson Gonçalves
Jorginho Melo
Dado Cherem
Gilmar Knaesel
Marcos Vieira

PPS - 01
Altair Guidi

ELEIÇÕES

Ada de Luca conquista primeiro cargo eletivo

Ada Faraco de Luca (PMDB) conquistou uma vaga na Assembléia Legislativa com 30.192 votos. Advogada e casada com o ex-deputado federal Walmor de Lucca, Ada foi uma das fundadoras do PMDB Mulher, com participação efetiva no movimento "Diretas Já", ao lado de esposas de outros parlamentares e de grandes nomes da política brasileira, como Ulisses Guimarães. A futura parlamentar vem de uma família de políticos e aos 12 anos já militava em grêmios estudantis no Sul do Estado. "Foi nessa época que despertei minha consciência política de lutar contra os abusos do poder, da discriminação das idéias, opressão das minorias e a favor da liberdade e dignidade humanas."

Entre seus compromissos na Assembléia Legislativa estão pro-



postas para a criação de empregos, melhoria da qualidade de vida e promoção de desenvolvimento sustentável das minas de carvão no Sul catarinense. Pretende ainda auxiliar no atendimento às reivindicações da Associação dos Municípios da Região de Laguna (Amurel), com a atração de investimentos para a geração de novos postos de trabalho.

Na bancada feminina da AL, Ada também acredita na necessidade de manter a luta por mais justiça social, saúde pública com atendimento mais humanizado e de melhor

qualidade, educação mais adequada e segurança pública voltada à proteção das famílias. "Lutarei pela conquista de dias de mais prosperidade, de mais respeito e de maior acesso ao poder democrático", afirmou.

Atualmente exerce seu terceiro mandato da Assembléia Legislativa. Foi eleito pelo PP, partido que

Altair Guidi garante cadeira ao PPS

Natural de Criciúma, Altair Guidi (PPS) formou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná. Foi prefeito municipal de Criciúma em 1976, pela ARENA, exercendo o mandato de seis anos até 1983.

Foi professor dos Colégios Marista, Michel e da Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI), tendo exercido o cargo de diretor-presidente da FUCRI, hoje Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), nos anos de 1983 e 1984. Em 1986, elegeu-se deputado estadual exercendo o mandato em 1987 e 1988, tendo retornado à prefeitura de Criciúma para um segundo mandato compreendido entre 1989 e 1992.

Atualmente exerce seu terceiro mandato da Assembléia Legislativa. Foi eleito pelo PP, partido que



deixou há dois anos para ingressar no Partido Popular Socialista (PPS). Garantiu a reeleição com 18.834 votos. Como deputado tem lutado pelo desenvolvimento da região Sul do Estado.

Entre as leis resultantes de projetos apresentados pelo deputado no atual mandato, está a de número 13.754, sancionada em maio deste ano pelo governador. Através dela, o trecho da rodovia SC-483, que liga a cidade de Ermo ao município de Jacinto Machado, passou a ser denominada Prefeito Mário Gomes Colares.

Também ganhou nova denominação, através da iniciativa do parlamentar, o trecho da rodovia SC-285, que liga as cidades de Turvo e Timbé do Sul. Com a Lei estadual nº 13.305/2005, passou a denominar-se Iduino Mondardo.

Como é obtido o quociente eleitoral

Para obtê-lo, a Justiça Eleitoral divide a soma do número de votos válidos do candidato e da legenda, ou da coligação pela qual ele está concorrendo, pelo número de vagas da casa legislativa. Exemplo:

Partido/Coligação	Votos nominais + votos de legenda
Partido A	1.900
Partido B	1.350
Partido C	550
Coligação D	2.250
Vagas a preencher	9
Total - votos válidos	6.050

No exemplo acima, dividindo-se o total de votos (6.050) pelo número de vagas (9), somente os partidos A, B e a coligação D conseguiram o quociente necessário (672) para preencher vagas. Caso nenhum partido alcance o coeficiente, as cadeiras serão ocupadas pelos candidatos mais votados.

Ana Paula Lima prioriza mulheres e adolescentes

A Blumenauense Ana Paula Lima (PT), graduada em Enfermagem e Obstetrícia pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e servidora da prefeitura de Blumenau desde 1990, onde foi admitida em concurso público, foi reeleita com 36.989 votos.

Iniciou sua vida político-partidária em 1987, quando filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), passando a integrar o diretório municipal.

Na rede municipal de saúde de Blumenau, como funcionária de carreira, atuou durante sete



historicamente exercido pelas primeiras damas da cidade.

A eleição de 2002 foi a primeira disputada por Ana Paula, que conquistou a vaga de deputada com 38.553 votos e uma plataforma baseada nas ações voltadas à saúde, família, à mulher, ao idoso

e à juventude, esta especialmente pela experiência acumulada frente à Promenor e à Secretaria da Criança e do Adolescente, que também ocupou no Governo Popular de Blumenau.

Na Assembléia Legislativa, a deputada Ana Paula Lima integra atualmente três comissões permanentes: de Direitos e Garantias Fundamentais, de Saúde e de Turismo e Meio Ambiente. Também preside o Fórum Parlamentar Permanente do Fome Zero, criado por sua sugestão, e é integrante do Fórum Permanente de Adoção.

Antônio Aguiar dá voz ao Planalto Norte

Natural de Canoinhas, Antônio Aguiar (PMDB) é médico ortopedista especializado em Fisiatria, Ortopedia e Traumatologia, Medicina Desportiva e Medicina do Trabalho. Foi eleito para mais quatro anos no Parlamento catarinense com 46.831 votos.

Seu primeiro cargo eletivo foi o de vereador de Canoinhas, para o período 1989/1992.

Candidatou-se a deputado estadual quando ainda integrava os quadros do PFL, em 1998, ficando na suplência e assumindo a vaga em 2001. Concorreu nas eleições de 2002 ao mesmo cargo, ficando na primeira suplência, assumindo definitivamente a cadeira em dezembro de 2004. No ano passado, deixou o PFL e assinou ficha no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).



Entre as propostas apresentadas pelo parlamentar neste mandato, estão a criação da Medalha de Mérito do Contestado; a instituição dos Jogos Abertos da Terceira Idade em Santa Catarina; a norma que obriga as Academias de Ginástica, Clubes Esportivos e estabelecimentos similares a exibirem placa de advertência sobre o uso inadequado de anabolizantes em Santa Catarina; o dispositivo que obriga o Estado a distribuir gratuitamente protetor solar aos portadores de câncer de pele em Santa Catarina (vetado pelo governo) e a proposta que autoriza o Poder Executivo a instalar núcleos de Assistência Social nas Gerências de Ensino e Inovação do Estado de Santa Catarina.

Sua plataforma de trabalho centra-se nas questões vinculadas à saúde.

ELEIÇÕES

Cesar Souza Junior quer fazer trabalho inovador

Cesar Souza Júnior (PFL) tem 27 anos, é graduado em Direito e atua como comunicador de rádio e televisão, a exemplo do seu pai, o atual deputado Cesar Souza.

Na rádio Guararema tem um programa que leva seu nome e que, segundo ele, "tem como objetivo fazer com que as pessoas saibam e exerçam os seus direitos".

Sobre sua plataforma de trabalho para o mandato conquistado com 52.051 votos, diz que "minha luta é para que o cidadão catarinense seja representado de maneira decente, inovadora e que o poder público aja na geração de oportunidades para a plena realização potencial das pessoas".

Enquanto seu pai encerra o terceiro mandato no Legislativo estadual, Cesar Souza Júnior con-

sagra-se como um dos mais jovens deputados estaduais já eleitos em Santa Catarina e o mais jovem deste pleito. Como representante desta parcela da população catarinense, acredita que "o importante é trabalhar para levar a todo o Estado recursos e propostas que tragam benefícios para a vida dos jovens".



Entre suas prioridades destaca o aumento do efetivo das polícias e reabertura e ampliação de postos policiais; regionalização dos serviços de saúde; criação de centros de excelência para alunos carentes com elevado aproveitamento; criação de

metas para diminuição da carga tributária, objetivando menos impostos e mais empregos, criação de curso pré-vestibular público e gratuito e criação de disque-denúncia de corrupção governamental, .

Dado trabalhará em defesa da saúde

Luiz Eduardo Cherem (PSDB) iniciou sua vida pública em 1988, elegendo-se vereador pelo Partido Verde (PV), onde participou da coligação que levou Leonel Pavan, atual senador pelo PSDB, a conquistar a prefeitura de Balneário Camboriú. Graduado em Odontologia, durante o exercício do seu mandato como vereador foi um dos responsáveis pela criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, hoje referência no setor.

Filiou-se ao PSDB em 1990, sendo eleito vice-prefeito de Balneário Camboriú em 1992. Nos governos de Leonel Pavan, ocupou os cargos de assessor parlamentar por duas vezes, secretário de Obras e secretário de Saúde.

Foi eleito em 2002 para deputado estadual pelo PSDB com uma plataforma baseada em ações vol-

tadas à saúde, ao idoso, à criança e ao adolescente, ao turismo e meio ambiente. Atuou como vice-líder do governo na Assembleia Legislativa entre 2003 e 2004, presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente e vice-presidente da Comissão de Saúde no mesmo período.



Em 29 de abril de 2004, assumiu a Secretaria de Estado da Saúde, onde teve importante papel na implantação dos projetos de telemedicina, do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) e dos Seis Eixos da Descentralização.

Permaneceu comandando a Secretaria Estadual da Saúde até o dia 30 de março de 2006, retornando à Assembleia Legislativa para dar início ao seu projeto de reeleição, conquistada com 44.232 votos..

Clésio Salvaro conquista primeira reeleição

Iniciou sua carreira política com a eleição para a Câmara de Vereadores de Siderópolis, por duas vezes, de 1988 a 1993 e no período seguinte (1993/1996). Ainda no PFL, partido do qual se desfilou no começo do atual mandato na Assembleia Legislativa, Salvaro concorreu duas vezes antes de ser eleito.

Ficou com a terceira suplência nos períodos de 1995 a 1999 e com a primeira no mandato seguinte, durante o qual acabou ficando com a cadeira de maneira efetiva.

Em 2002 foi eleito para o atual mandato, sendo o quarto

mais votado, com 48.302 votos. Em 2004 foi presidente reeleito da Comissão Permanente de Saúde da Assembleia Legislativa, além de integrar a Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia, Minas e

Energia e da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher. Já presidiu outras comissões como é o caso da Comissão de Agricultura.

Atualmente é o líder da bancada do PSDB na Casa e preside a Comissão de Ética e Decoro Parla-



mentar, além de ser membro efetivo das Comissões de Saúde e de Educação. Concorrendo pelo PSDB, elegeu-se com 59.061 votos.

De sua autoria, tramita na Casa o projeto de lei nº 186, apresentado neste ano e que concede o título de Cidadão Catarinense ao senhor

Manoel Arlindo Zarone Torres.

Por iniciativa sua, o Grupo de Arte e Cultura Pedra Negra, de Criciúma, foi declarado de utilidade pública, através da Lei Estadual nº 13.131, sancionada em 2004.

Meta de pedetista é fortalecer região do Vale

Natural de Calmon, Dagomar Carneiro (PDT) é atual vice-prefeito de Brusque. Cirurgião-dentista graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1982, presidiu por duas vezes a Associação Brasileira de Odontologia (ABO), em 2001 e 2002 e foi secretário de Saúde de Brusque de 1993 a 1996.

Concorreu a uma vaga na Câmara de Vereadores de Brusque conquistando seu primeiro mandato eletivo (1997/2000). Em seguida, foi eleito com o pefelista Ciro Roza para comandar a prefeitura da cidade, como vice-prefeito, para o mandato 2001/2004, e para o atual. Também presidiu de 2001 até este ano a Companhia de Desenvolvimento e Urbanismo de Brusque (Codeb).

Como deputado estadual - foi eleito com 23.547 votos - pretende

trabalhar pelo fortalecimento das regiões do Vale do Itajaí-Mirim, Vale do Rio Tijucas e Vale do Itajaí-Açu através de incentivos e recursos para obras sociais e da infraestrutura necessária para o pleno desenvolvimento dessa região. Vai buscar junto ao governo estadual



o asfaltamento nas vias de ligação Brusque-Vigolo, Brusque-Camboriú, Botuverá-Vidal Ramos, Guabiruba-Blumenau e a nova ligação Brusque-Guabiruba.

Como representante da área da saúde, quer trabalhar pela implantação do Programa Saúde da Família (PSF) em todo o Estado, priorizando a medicina e odontologia preventivas, lutar pelo aumento dos recursos para a área hospitalar, para melhoria das condições dos hospitais e garantir um atendimento mais humanizado.

Como é obtido o quociente partidário

O cálculo é feito a partir da divisão do número de votos válidos dados a uma legenda ou coligação pelo quociente eleitoral.

O resultado define o número inicial de vagas que caberá a cada partido ou coligação. Assim, "estarão eleitos tantos candidatos registrados por um partido ou coligação quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido". (Código Eleitoral, art. 108).

Exemplo:

Partido/Coligação	Cálculo	Quociente partidário
Partido A	QP = 1.900 ÷ 672 = 2,8273809	2
Partido B	QP = 1.350 ÷ 672 = 2,0089285	2
Coligação D	QP = 2.250 ÷ 672 = 3,3482142	3
Total de vagas preenchidas por quociente partidário (QP)		7

ELEIÇÕES

Ex-vereador de Joinville garante vaga na Casa

Darci de Matos (PFL), eleito com 48.109 votos, nasceu em uma família de agricultores pobres, no então distrito de Cafelândia, município de Cascavel, no sudoeste do Paraná, em 1961. Até os 15 anos de idade trabalhou como bóia-fria e em 1978 mudou-se para Joinville. Estudou na Escola Técnica Agrícola de Araquari, ocasião em que foi presidente da cooperativa daquele colégio.

Teve atuação firme no movimento estudantil e em 1986 e 1987, junto com o Diretório Central de Estudantes (DCE), organizou manifestações contra o aumento das mensalidades escolares e pela federalização da Univille. De 1996 a 2000 exerceu o cargo de delegado do Ministério do Trabalho em Santa Catarina. Nas eleições de 2000 foi eleito vereador e, em 2004, foi reeleito com uma das maiores



votações da história de Joinville, com 7.396 votos. Neste período foi escolhido duas vezes presidente da Câmara. Sob a sua presidência foi construído o prédio da nova sede da Câmara; foram criadas as sessões itinerantes nos bairros e a Câmara-Mirim; foi aprovado o fim

do recesso parlamentar de julho e das sessões extraordinárias; foi implantada a Tribuna Livre e o Código de Ética para os vereadores.

Durante a sua gestão, a Câmara de Joinville foi a primeira do Estado a receber o certificado de qualidade total ISO 9001. Tam-

bém estimulou a contratação de pessoas com necessidades especiais para fazer estágio na Câmara. Ainda durante a sua administração, foram criados a TV Câmara, o jornal "Câmara & Cidadania" e a revista "Joinville Ontem & Hoje".

Agricultura familiar tem representante na Casa

Dirceu Dresch é agricultor familiar, tem 42 anos, mora no interior do município de Saudades no Oeste de Santa Catarina. Trabalha desde criança na agricultura, juntamente com a sua família. Ele recebeu um total de 24.682 votos.

Dresch foi candidato a vereador em 1988 no município de Saudades, atuou no Sindicato de Pinhalzinho e região e tornou-se uma forte liderança na organização estadual da agricultura familiar. Organização esta que garantiu a aposentadoria



rural, crédito, habitação, educação e seguro agrícola. Foi o primeiro presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Santa Catarina (FETRAFESC) e coordenador geral da FETRAF/Sul.

Foi candidato a deputado

estadual em 2002, ficando com a segunda suplência.

Sua plataforma de trabalho para o mandato centra-se na defesa da implantação, consolidação e aprimoramento das políticas públicas que garantam mais qualidade de vida ao agricultor

familiar e o fortalecimento do associativismo e das cooperativas de produção e crédito. Pretende ainda desenvolver propostas que possam fortalecer o Estado como agente gerador de políticas públicas que garantam acesso da juventude a todos os níveis de educação. O fortalecimento da economia dos pequenos municípios, com especial estímulo à agricultura familiar, às pequenas e médias empresas, também, integra a lista de prioridades do estreante no Legislativo estadual.

dos os níveis de educação. O fortalecimento da economia dos pequenos municípios, com especial estímulo à agricultura familiar, às pequenas e médias empresas, também, integra a lista de prioridades do estreante no Legislativo estadual.

Góes amplia presença do Sul do Estado

Décio Góes (PT) é formado em Arquitetura e Urbanismo e atua há 28 anos em Criciúma, em parceria com vários arquitetos. Formou-se pela Unisinos, em São Leopoldo (RS). Participa das entidades profissionais Instituto de Arquitetura Brasileira (IAB-SC/Núcleo Sul), Associação Sul- Catarinense de Engenharia e Arquitetura (ASCEA), da qual foi presidente por três gestões, e do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA-SC), do qual foi conselheiro.

Filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 1988, presidiu a executiva municipal do partido em Criciúma por dois mandatos consecutivos, de 1992 a 1998, e foi coordenador do PT na Micro Região Carbonífera. Foi candidato a vice-prefeito em 1992, a prefeito em 1996 e eleito deputado federal



em 1998, sendo o mais votado no município.

No período de 2001 a 2004, foi prefeito de Criciúma, quando recebeu o prêmio Prefeito Amigo da Criança e Prefeito Amigo da Família. Durante seu mandato implantou o Orçamento Participativo, elab-

borou estudos para o desenvolvimento da região, através de obras como oanel viário, a via expressa, centro de eventos, modernização e ampliação do sistema de transporte integrado. Após a reeleição, teve a candidatura cassada pelo Tribunal Superior Eleitoral.

O pedido de cassação, feito pelos partidos opositores, baseou-se no uso da máquina pública durante a campanha eleitoral.

Conquistou uma cadeira na Assembléia Legislativa neste pleito com os votos de 23.010 eleitores.

Exemplo internacional

A modernidade, agilidade e eficiência que caracterizam as eleições no Brasil despertam o interesse de muitos países e este ano, a Justiça Eleitoral recebeu mais de 60 convidados internacionais que acompanharam o processo de votação e apuração dos votos.

Entre os países representados estão Uruguai, Argentina, Colômbia, México, Venezuela, El Salvador, Peru, República Dominicana, República do Congo, Haiti e Burkina Faso, que buscam importar a tecnologia usada no país durante os processos eleitorais.

Merísio consegue o segundo mandato

Natural de Xaxim, 40 anos, empresário e administrador, Gelson Luiz Merísio representa as regiões Oeste e Extremo-Oeste de Santa Catarina. Foi vereador em Xaxim entre 1989 e 1992, presidente da Facisc de 1995 a 1999 e presidente do Sebrae de 1999 a

2002, ano em que elegeu-se deputado estadual pela primeira vez. Agora, mantém-se na Assembléia com 40.332 votos.

O deputado foi autor de diversos projetos significativos em seu primeiro mandato. Visando organizar e melhorar a qualidade da criação de aves no Estado, Merísio criou o projeto que estabelece normas para disciplinar a produção de avestruzes. Na área da educação, o deputado desenvolveu dois projetos visando à segurança em escolas estaduais



e à concessão de bolsas de estudo. O primeiro proíbe a atuação de vendedores ambulantes em estabelecimentos de ensino em Santa Catarina.

O segundo sugere a modificação de um dispositivo da Lei Complementar nº 281, de 20 de janeiro de 2005, que dispõe sobre bolsas de estudo do governo estadual.

Em 2005, Merísio promoveu audiência pública que tratou da demarcação das terras indígenas no Extremo-Oeste catarinense. O evento, que aconteceu no município de Saudades, contou com grande participação popular.

Para o mandato 2007-2011, o deputado pretende manter a atual linha de trabalho, priorizando as regiões Oeste e Extremo-Oeste.

ELEIÇÕES

Genésio Goulart conquista a reeleição

Natural de Laguna, Genésio Goulart fez sua opção partidária em 1982, concretizando sua filiação junto ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB, onde se mantém até hoje.

No pleito de 1992, foi eleito vereador de Laguna e em 1996 venceu a disputa para a prefeitura de Tubarão. Na eleição de 2002, garantiu uma vaga no Legislativo estadual, sendo reeleito agora com 33.293 votos.

Genésio administra a empresa Jukefi Transportes LTDA, da qual é sócio-proprietário e é presidente da Cooperativa de Eletrificação Rural Anita Garibaldi e da Cooperativa de Geração de Energia do Estado de Santa Catarina (SC GERACOO).



Em 1986, foi um dos membros fundadores da Cooperativa Agrícola do Campo da Eira LTDA. (COOPERACAMPO), que, atualmente, reúne centenas de associados. Genésio presidiu essa Cooperativa entre 1991 e 1995. Posteriormente, assumiu a presidência da Cooperativa de Eletrificação Rural Anita Garibaldi LTDA (CERGAL), reelegendo-se para o cargo mais duas vezes em 1997 e janeiro de 2001.

Foi presidente da Comissão de Trabalho, Administração e de Serviço Público da Casa em 2003 e eleito 4º secretário da Mesa da Assembleia Legislativa em maio de 2004, sendo responsável pela guarda do patrimônio, fiscalização das obras e representação externa.

Herneus de Nadal é campeão de votos

Formado em Direito, Herneus de Nadal ingressou na política já filiado ao PMDB e na primeira disputa eleitoral foi eleito prefeito em Caibí, cargo que exerceu de 1983 a 1988. Chegou pela primeira vez à Assembleia Legislativa em 1990, com 15.587 votos.

Atualmente cumpre seu quarto mandato consecutivo acumulando a vice-presidência da Casa. Foi reeleito para os próximos quatro anos com os votos de 72.093 eleitores. No atual mandato, é o único representante do PMDB no Extremo-Oeste catarinense.

Foi líder do governo nos dois primeiros anos da atual legislatura, já tendo antes exercido esta função entre 1995 e 1997. Foi também líder da bancada em 1999 e, até o início de 2005, membro da Comissão de Constituição e Justiça. Atuou, ain-



da, nas comissões de Agricultura, de Defesa do Consumidor e de Direitos Humanos.

Em fevereiro de 2005, foi eleito primeiro vice-presidente da Casa.

É de sua autoria, no atual mandato, a lei que permite o licenciamento para extração mineral de pequeno porte. Argila para cerâmica vermelha pode ser extraída em área de preservação permanente de até dois hectares e meio, independentemente dos prévios Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, por empreendimentos regularmente licenciados até dezembro de 1997, conforme Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Devem ser ouvidos os Conselhos Municipais de Meio Ambiente, ou regionais, conforme a localização da área.

Knaesel é reeleito para seu quinto mandato

Natural de Pomerode, formado em Administração de Empresas, Gilmar Knaesel (PSDB) foi presidente da Assembleia Legislativa catarinense, onde cumpriu quatro mandatos, começando em 1990, pelo Partido Progressista, e agora foi reeleito com 41.423 votos

Em 2003, saiu do PP para filiar-se no PSDB. Licenciou-se do cargo para conduzir a Secretaria da Cultura, Turismo e Esporte durante o atual governo. Knaesel foi funcionário da extinta Fundação Catarinense do Trabalho, fazendo

carreira em seguida como fiscal de mercadorias em trânsito da Secretaria de Estado da Fazenda.

Entre os anos de 1999 e 2001, enquanto presidente do Parlamento catarinense, implantou o Jornal da Assembleia, a Rádio Digital, a

TV AL (TV Assembleia), o Centro de Informações, o Projeto Interlegis, a votação eletrônica e o banco de dados da Legislação Estadual.

Em 2001, ainda à frente da presidência da casa, assumiu o governo do Estado.

Como secretário de Estado, implementou o Plano de Desenvolvimento Integrado do Lazer e desencadeou o processo de implantação do gerenciamento integrado das três áreas.

Também instituiu o Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte (SEITEC) e seus fundos para apoiar financeiramente projetos públicos e privados, promoveu a construção de centros e arenas multiuso, além da reforma e construção de doze teatros no Estado.



Agilidade na apuração dos votos

Santa Catarina foi segundo Estado do país a encerrar a apuração. Às 21h 45 minutos foram totalizados todos os votos, duas horas e quinze minutos antes do prazo previsto pelo TRE/SC que era meia-noite. No Estado haverá segundo turno entre Luiz Henrique da Silveira (PMDB) que teve 48,90% dos votos e Esperidião Amin (PP) com 32,77% dos votos.

Foi eleito senador Raimundo Colombo, do PFL, com 58% dos votos. O presidente do TRE/SC, Orli de Ataíde Rodrigues, ficou satisfeito com os trabalhos da instituição e disse que a partir de agora já começa a preparação para o segundo turno.

Os Estados do Espírito Santo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul foram as primeiras unidades da federação a encerrar a contagem dos votos nestas eleições. Enquanto os sul-mato-grossenses e os capixabas escolheram seus governadores em primeiro turno, os catarinenses só escolherão seu governador no segundo turno das eleições, dia 29 de outubro.

Ex-prefeito de Rio do Sul chega ao Legislativo

Jailson Lima da Silva, médico, natural de Criciúma, especializado em Medicina do Trabalho e Saúde Pública e Reumatologia, conseguiu seu primeiro mandato na Assembleia Legislativa com o apoio de 24.788 eleitores.

Foi prefeito de Rio do Sul no período de 2001 à 2004. Neste mandato recebeu da Unicef e da Fundação Abrinq o prêmio Prefeito Amigo da Criança, como sétimo prefeito do Brasil, entre os mais de 5600 municípios do país, pelo trabalho executado para a criança e o adolescente, em seu município.

Sua plataforma de trabalho enquanto deputado estadual prevê ações para gerar emprego e renda, o que pretende fazer através de projeto de lei que isente do ICMS empresas que faturam até R\$

150 mil por ano (microempresas). Ainda na pauta de prioridades do petista está a busca de recursos para os hospitais catarinenses, principalmente para o Hospital Regional Alto Vale do Itajaí e lutar pela duplicação da BR-470 – considerada pelo novo deputado como um problema de saúde pública devido a frequência e a violência dos acidentes de trânsito.

Educação pública e gratuita com cursos profissionalizantes e o fortalecimento da escola Agro-técnica de Rio do Sul e dos Cefets (Centros Federais de Educação Tecnológica), ações para a construção de novos condomínios habitacionais naquela região, a exemplo dos executados no município de Rio do Sul, propostas que estimulem a agricultura familiar sustentável.



ELEIÇÕES

Ex-prefeito de Itajaí conquista vaga na AL

Ex-prefeito de Itajaí, eleito em 1996 e reeleito em 2000, o progressista, natural de Ponte Serrada (Oeste do Estado), Jandir Bellini retorna ao Legislativo estadual, onde exerceu mandato de 1995 a 1996, com os votos de 50.272 eleitores.

Ligado à produção rural, é sócio-fundador da Associação Catarinense dos Criadores de Suínos e da Associação Catarinense de Avicultores, além de membro-fundador da Bolsa de Mercadorias de Santa Catarina. Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó e exerceu seu primeiro mandato legislativo na Câmara de Vereadores de Chapecó de 1970 a 1973, vinculado à ARENA, um dos dois partidos que puderam existir durante a



ditadura militar.

Prefeito Municipal de Itajaí, exerceu o segundo mandato até 31 de dezembro de 2004.

Entre as propostas que defende para seu mandato no Legislativo estadual estão a ampliação dos espaços educativos públicos; a melhoria do piso salarial do magistério; o credenciamento do Hospital Marieta Konder Bornhausen pelo SUS para a realização de cirurgias cardíacas e tratamento oncológico, além de ampliação da área e do atendimento do Pronto Socorro dos Hospitais da AMFRI.

Também vai trabalhar pela volta da primeira e segunda delegacias de polícia para Itajaí, e pela reativação da Delegacia de Investigação.

Blasi representa Grande Florianópolis

Natural de Florianópolis, João Henrique Blasi (PMDB) garantiu uma cadeira no Legislativo catarinense com 42.485 votos. Graduado em Administração de Empresas pela ESAG/UFSC e em Direito pela UFSC, Blasi é especialista em Direito Público e já foi secretário geral da Ordem dos Advogados do Brasil (1986 a 1988).

Foi secretário de Justiça do governo Pedro Ivo Campos (1988 a 1990) e é deputado estadual desde 1994, sendo o atual líder do governo na Casa Legislativa. Presidiu a Comissão de



Justiça da Casa em 1995 e 1996 e a Comissão de Direitos Humanos em 1997. Foi presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico em 2000.

Atuou como líder da bancada peemedebista em 1998, 2001

e 2002 e foi secretário-Geral da Fundação Ulysses Guimarães/SC, de 1999 a 2003.

O parlamentar licenciou-se do atual mandato entre fevereiro de 2003 a abril de 2004 para comandar a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Entre as propostas do parlamentar no atual mandato está a que estabelece regras de segurança para a prática de esportes de aventura, como canoagem, rafting, bóia cross, rapel e escalada.

Apresentada em meados de 2005, a matéria obteve aprovação do Plenário e foi sancionada pelo governador Luiz Henrique, transformando-se na Lei Estadual nº 13.621/2005. Ela institui exigências às operadoras de serviços relacionadas à prática desses esportes, ao poder público e aos desportistas.

Kuhlmann quer agilizar duplicação da BR-470

Vereador de Blumenau por três vezes, 1997-2000, 2001-2004 e o atual mandato, Jean Kuhlmann (PFL) conquistou 38.047 votos para o Legislativo estadual. Em 2004, recebeu 7984 votos, registrado um recorde na história das eleições municipais catarinenses.

Formado em Administração de Empresas pela Universidade Regional de Blumenau (FURB), é pós-graduado em Administração Pública pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação (INPG) e representou o Brasil no Seminário "Nova Gestão Pública", realizado pelo Instituto Freidrich Naumann, da Alemanha.

Sua plataforma de trabalho prevê a criação de uma frente parlamentar para agilizar a duplicação da BR 470; a contratação – através de proposição na Casa - de mais



policiais e a instalação de câmeras de vigilância eletrônica nas escolas; exigir a aplicação dos recursos estaduais na pavimentação de ruas, construção de novas creches, escolas, postos de saúde e áreas de lazer e na ampliação do saneamento básico; lutar para aumentar os recursos para as bolsas ao ensino

superior previstas pelo Artigo 170 da Constituição Estadual; buscar a qualificação do trabalhador, através da ampliação de cursos técnicos profissionalizantes; criar um informativo anual para prestar contas do seu trabalho na Assembléia Legislativa; garantir a transparência das votações no Parlamento, apresentando um projeto para acabar totalmente com o voto secreto; estar sempre presente na comunidade e nas diversas entidades.

Joares quer ampliação das bolsas de estudo

Com 36.179 votos, o professor Joares Ponticelli (PP), natural de Pouso Redondo, manteve sua cadeira no Legislativo estadual, em sua segunda reeleição.

Ponticelli conquistou seu primeiro cargo eletivo em 1996, quando chegou à Câmara Municipal de Tubarão pelo então PPB, atual Partido Progressista (PP). Disputou uma cadeira no Parlamento estadual nas eleições de 1998, garantindo a vaga com os votos de 24.557 eleitores, reelegendo-se no pleito seguinte com 34.378 votos.

Atuou como vice-líder do governo Esperidião Amin (PP) na Assembléia Legislativa de 1999 a 2001. Foi líder da sua bancada em 2003, 2004 e 2005), e presidiu a Comissão de Educação, Cultura e Desporto (1999/2000) e a Co-



missão de Turismo e Economia (2001), além da Comissão Parlamentar de Inquérito das Agências de Publicidade (CPI das Agências -1999/2000). Representa Santa Catarina, atualmente, na Diretoria da União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale).

Entre suas propostas mais recentes, ainda em tramitação na Casa, está a que proíbe a comercialização, a estocagem e o trânsito de arroz importado de outros países para consumo e comercialização no Estado de Santa Catarina que não tenha sido submetido à análise de resíduos químicos de agrotóxicos ou de princípios ativos usados, também, na industrialização do produto. O progressista pretende continuar lutando por mais recursos para bolsas de ensino superior.

Eleição 100% eletrônica

Nesta eleição todos os votos foram eletrônicos no Estado catarinense, sem nenhum caso de voto em cédulas de papel. O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina foi o primeiro a encerrar a apuração de município no Brasil. Apenas 15 minutos depois de encerrada a votação já haviam sido contabilizados todos os votos do município de Princesa, localizado no Extremo Oeste do Estado, a cerca de 700 km da capital.

ELEIÇÕES

Jorginho representa Meio-Oeste na AL

Conquistou a primeira vaga na Assembléia Legislativa em 1994, para o mandato de 1995 a 1998, sendo reeleito para os dois mandatos seguintes. Mantém a cadeira com os votos de 54.002 eleitores.

Jorginho Mello (PSDB) nasceu em Herval d' Oeste, no Meio-Oeste de Santa Catarina. É formado em Direito e Estudos Sociais e foi funcionário por muitos anos do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC). Iniciou sua trajetória política aos 20 anos de idade, como vereador de Joaçaba, em 1976.

No atual mandato, preside a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Entre as proposições mais recentes do parlamentar, estão a que permite ao Estado delegar, através do regime de permissão previsto pela Constituição estadual, a

execução dos serviços de credenciamento de médicos e psicólogos para efetuar exames de aptidão física, mental e psicológica para o trânsito; Controladoria Regional de Trânsito; formação de condutores de veículos automotores; fabricação e lacração de placas de veículos automotores; e vistoria de veículos para fins de registro e licenciamento. A matéria foi aprovada em Plenário e hoje é a Lei nº 13.453/2005.

Outra proposta do atual mandato, ainda em tramitação, estabelece critérios de ingresso nos cursos sequenciais e de graduação, e obriga a criação de projetos e disciplinas para o atendimento da população carente na Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina (UDESC).



Julio Garcia vence as eleições pela quinta vez

Reeleito para seu quinto mandato com 51.010 votos, o atual presidente da Assembléia Legislativa, Julio Garcia nasceu em Florianópolis. Em 1985, foi um dos fundadores do Partido da Frente Liberal (PFL) em Santa Catarina. Um ano depois, foi eleito deputado estadual para o mandato de 1987 a 1991.

Ingressou na Assembléia Legislativa como líder de sua bancada (1987). Atuou nas Comissões de Constituição e Justiça, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Transporte e Desenvolvimento Urbano e Rural e na Comissão de Redação de Leis. Voltou à condição de líder da bancada em 1990 e foi reeleito deputado.

No segundo mandato, permaneceu na liderança da bancada pefelista de 1991 a janeiro de 1995. Assumiu a secretaria geral do PFL

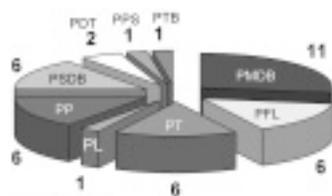
em 1993 e permaneceu no cargo durante 10 anos. Presidiu o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Besc) em 1995. Um ano depois, foi designado presidente da Companhia Catarinense de Água e Saneamento (CASAN).

Em seu terceiro mandato liderou a bancada pefelista em 2000, 2001 e 2002. Em 2004, no quarto mandato, assumiu a presidência da Comissão de Constituição e Justiça.

Em janeiro de 2005 foi conduzido, por unanimidade, em votação aberta, à Presidência do Poder Legislativo, evidenciando sua capacidade de agregar forças e fortalecer a atividade parlamentar. É autor da lei estadual que destina recursos mensais provenientes do Fundo Social às APAES do Estado, garantindo sua sustentação financeira.



Composição partidária da Assembléia Legislativa



■ PMDB
□ PFL
■ PT
■ PL
■ PP
■ PSDB
□ PDT
■ PPS
■ PTB

O eleitorado catarinense deixou de fora da Casa dois pequenos partidos antes representados por um deputado cada, o P-SOL e o PSB. No entanto, o PDT acabou ampliando seu espaço, com dois novos nomes.

Kennedy Nunes defende redução de impostos

Natural de Joinville, Kennedy Nunes (Clarikennedy Nunes, do PP), 36 anos, ingressou na vida pública como vereador de Joinville em 2001, sendo reeleito quatro anos mais tarde para o segundo mandato. Em 2004, concorreu a prefeito de Joinville, conquistando nas urnas 44.413 votos. Foi secretário do Desenvolvimento Comunitário de Joinville e sub-delegado do Trabalho do Norte catarinense.

Como vereador, Kennedy teve atuação destacada. Entre os projetos de sua autoria que se converteram em lei estão o que obriga a construção de helipontos nos hospitais e o que obriga que as agências bancárias tenham banheiros e bebedouros para os clientes.

Como deputado, Kennedy pretende lutar pela redução dos impostos sobre micro e pequenas

empresas e ampliação dos recursos previstos no artigo 170 da Constituição Estadual, que garante bolsas universitárias para estudantes carentes. Em linhas gerais, Kennedy vai focar sua atuação no jovem, na geração de empregos, no serviço social e na redução de impostos.

Comunicador, Kennedy começou atuando em rádio como operador, locutor e, depois, comandou dois programas: "Força do Amor" e "Kennedy Nunes – Em Defesa da Gente". Na televisão, foi repórter da RBS, CNT e Record. Hoje, apresenta o programa "Kennedy Nunes – Em Defesa da Gente" na TV Brasil Esperança. Em 2004, concluiu o curso superior de Jornalismo no Instituto Superior Luterano de Santa Catarina (IELUSC). Elegeu-se para seu primeiro mandato no Legislativo estadual com 35.524 votos.



Mota continuará luta pela duplicação da BR-101

Ex-prefeito de Araranguá, no Sul catarinense, Manoel Mota (PMDB) foi eleito para o quinto mandato pela vontade de 36.927 eleitores. Em sua trajetória de atividades públicas destaca-se na luta aguerrida pela duplicação da BR 101. No parlamento catarinense,

além de líder da bancada do PMDB, presidiu a Comissão de Agricultura, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento e Economia (1991); a Comissão Parlamentar Externa da BR-285 e 470; a Comissão Parlamentar Externa para o não-fechamento da BR-101 no período de veraneio; a Comissão de Viação, Transporte, Desenvolvimento Urbano e Rural (1992); presidente da Comissão de Fiscalização e Controle (1994). Foi membro da Comissão Especial Pró-duplicação da BR-101 (1997) e ainda, presidente da Comissão Especial

Externa Pró-duplicação da BR 101 (1999); Comissão Especial Externa Pró-acompanhamento das obras realizadas pelo Governo Federal (1999), Comissão Parlamentar Externa para averiguar a situação dos presídios e das casas de detenção dos menores infratores em Santa

Catarina (2000) e da Comissão Parlamentar de Inquérito que averiguou furtos de cargas e veículos no Estado. Mota também foi o 1º Secretário da Mesa da Assembléia Legislativa, no período de 2001 a 2002. Entre as propostas apresentadas por Mota que viraram leis estão a obrigatoriedade de disposição de salva-vidas em áreas recreativas com opção lazer e a emissão de Talão de Notas Fiscais do Produtor em Nome da Família. No novo mandato a sua principal bandeira de trabalho continuará sendo a duplicação da BR 101.



ELEIÇÕES

Marcos Vieira conquista primeiro cargo eletivo

Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Marcos Vieira é servidor concursado do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPESC). Foi a primeira vez que concorreu a um cargo eletivo, elegendo-se deputado estadual com 35.072 votos.

Marcos já foi dirigente da Santur (Santa Catarina Turismo S/A) e do Ciasc (Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina) e de empresas privadas. Em 2003 assumiu a função de secretário de Estado da Administração do governo Luiz Henrique da Silveira (PMDB). Desligou-se do cargo em 2006 para concorrer a uma vaga na Assembleia Legislativa.

Foi membro de Conselho



Nacional de Secretários de Administração (Consad) e do Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social (Conaprev). No âmbito do governo de Santa Catarina, foi membro do Conselho de Política Financeira, do Comitê Estadual de Tecnologia da Informação

(CTIC) e, até maio de 2005, do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (Prodec).

Marcos foi presidente do diretório municipal do PSDB de Florianópolis por dois mandatos: em 1992 e 2003. Foi coordenador executivo da campanha eleitoral de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) à Presidência no estado de Santa Catarina e secretário geral do PSDB de Santa Catarina por dois mandatos.

Sopelsa trabalha pela agricultura do estado

Filho de suinocultor, Sopelsa (PMDB) conquistou o terceiro mandato na Assembleia Legislativa com 44.185 votos.

Nasceu em Concórdia, cidade pela qual foi eleito vereador em 1982 e, em seguida, foi o primeiro secretário da Agricultura daquele município. No ano de 1992, quando era presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos, foi eleito prefeito de Concórdia. Dois anos mais tarde conquistou uma cadeira na Assembleia Legislativa, representando a região do Meio-Oeste. Em seu mandato, lançou

projetos de grande importância, como o Vale Leite na merenda Escolar, que visa beneficiar os alunos da rede pública - inclusive em dias não letivos - e a igualdade de preço nas passagens de ônibus

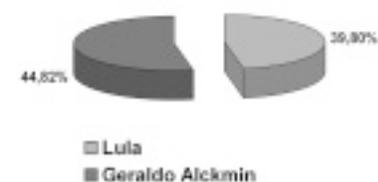


intermunicipais e interestaduais. Presidiu as Comissões da Agricultura e de Transportes, e a Comissão Parlamentar de Inquérito do Leite, que investigou a existência da cartelização do comércio leiteiro no Estado.

Em 2002, com 32.116 votos, Sopelsa foi reeleito para o Legislativo, licenciando-se no começo do mandato para assumir o comando da Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural no governo Luiz Henrique da Silveira. Antes disso, no Executivo estadual, foi Secretário Adjunto da Casa Civil, de 1997 a 1998, durante o governo de Paulo Afonso Vieira (PMDB).

O peemedebista vai manter sua atuação centrada na melhoria das condições para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária.

Votos para a Presidência da República no Exterior



Quase 45% dos que compareceram às urnas fora do Brasil escolheram o tucano Geraldo Alckmin. Lula chegou muito perto dos 40%, na preferência desse eleitorado. Do total de 86.085 votos, apenas 39.077 foram válidos.

Mais de 44 mil deixam de votar

De um total de 86.360 eleitores aptos a votar em 93 países, 44.697 deixaram de comparecer às embaixadas e representações diplomáticas do Brasil para exercer o direito do voto. De acordo com o Itamaraty, cerca de 4 milhões de brasileiros moram em outros países. Além do número relativamente pequeno de eleitores (em torno de 0,07% do total), foi confirmada a expectativa de alta abstenção. Em 2002, as abstenções no segundo turno ficaram em 48,24% do total (33.957 votos). O aparente desinteresse desses brasileiros pelo voto teria vários motivos, que vão desde a falta de entusiasmo com os candidatos até a dificuldade que muitos dos brasileiros no exterior têm em transferir os seus títulos.

Parisotto atua na defesa da família

O presidente estadual da Igreja do Evangelho Quadrangular - que na atualidade possui mais de 500 templos distribuídos por todo o território catarinense - foi reeleito com 30.839 votos. Pastor da maior Igreja Quadrangular do Estado, em Chapecó, com uma frequência semanal de cerca de 10 mil pessoas, Narcizo Parisotto assumiu, em 2003, a presidência estadual do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo também membro da Executiva Nacional da sigla.

O parlamentar é autor da Lei estadual nº 12.948, sancionada em 2004. A norma proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas no ambiente físico das escolas públicas e privadas, nos estabelecimentos de ensino dos cursos fundamental, médio, técnico e profissionalizante de Santa



Catarina.

Entre as propostas que tramitam na Casa, está o Projeto de Lei nº 436, apresentado por ele em 2005. A matéria prevê a isenção de tarifa nos meios de transporte coletivo intermunicipais às pessoas de baixa renda, portadoras de insuficiência renal, câncer, vírus HIV e de anemias congênitas e coagulopatias congênitas.

Outras propostas, consideradas importantes pelo deputado, acabaram sendo arquivadas, como a que proibia a comercialização de bebidas alcoólicas nas rodovias catarinenses e a que instituiu as Academias Esportivas Comunitárias no Estado. Para o próximo mandato, Parisotto mantém como prioridade suas ações em defesa da família, do jovem e das pessoas carentes.

Nilson Gonçalves quer mais rigor na segurança

Profissional da área de comunicação, Nilson Gonçalves foi reeleito para seu terceiro mandato no Legislativo estadual com 54.823 votos. O deputado defende ações rigorosas do governo para a segurança pública. Natural de Curitiba (PR), veio para o Estado em 1979, residindo inicialmente em São Francisco do Sul.

Em 1982 iniciou sua carreira de radialista na Rádio Carijós, daquela cidade, com o programa "Na Boca do Povo". Após alguns meses, assumiu a direção da rádio, acumulando as funções de locutor e gerente geral. Em Joinville, no ano de 1986, passou a apresentar, na Rádio Difusora, o seu programa "Tribuna do Povo".

Posteriormente, transferiu-se para a Rádio Cultura, Rádio Floresta Negra AM e Rádio Colon



FM, onde atualmente conduz o mesmo programa, também apresentado em versão para televisão desde 1993.

É formado em Direito pela Faculdade de Direito de Joinville, em 1991.

Filiado ao PFL, elegeu-se vereador em Joinville, em 1992, com 2.782 votos, sendo na ocasião o terceiro mais votado dos 21 candidatos, e conquistou a reeleição em 1996, com 7.498 votos. Concorreu ao Parlamento estadual em 1998, com 29.423 votos, registrando a

maior votação no seu município sede. Já no PSDB, em 2002, foi reeleito deputado estadual, com 37.674 votos, obtendo, mais uma vez, a maior votação no seu município sede. Ocupa hoje o cargo de 2º vice-presidente da Mesa da Assembleia Legislativa.

ELEIÇÕES

Odete de Jesus garante vaga a liberais

Filiada ao Partido Liberal desde 2000, para onde foi depois de sair do PP, legenda pela qual foi eleita ao primeiro mandato na Assembléia Legislativa (199/2002), a deputada Odete de Jesus conquistou 35.307 votos, garantindo mais quatro anos de mandato.

Natural de União da Vitória, no Paraná, é formada em Geografia e atualmente faz o curso de Direito da Universidade do Vale do Itajaí (Univali).

É presidente do PL catarinense desde 2003.

É autora das leis estaduais nº 11.189, de 1999, que criou o Conselho de Ética das Entidades Religiosas do Estado, nº 12.136, de 2002, que determina a disponibilização da Bíblia em Braille nas bibliotecas do Estado.

Também são suas as proposições que originaram as leis nºs 12.278/2002, que autoriza a Secretaria de Educação a criar turmas gratuitas de pré-vestibular para alunos da rede pública; 12.629/2003, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa

Falando a Verdade sobre as Drogas; nº 12.552/2002 que obriga a veiculação de campanha anti drogas em todos os cinemas catarinenses.

Presidente atualmente a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e sua

atuação está voltada prioritariamente ao resgate e manutenção dos valores da família, à melhoria das condições de vida da população carente, valorização da mulher catarinense e defesa dos adolescentes e crianças.



atuação está voltada prioritariamente ao resgate e manutenção dos valores da família, à melhoria das condições de vida da população carente, valorização da mulher catarinense e defesa dos adolescentes e crianças.

Agostini valoriza Oeste e Planalto Serrano

Prefeito de Curitiba de 1973 a 1977 e eleito deputado estadual 16 anos depois, Onofre Agostini está no Parlamento catarinense há quatro legislaturas - períodos de 1991-1995, 1995-1999, 1999-2003, 2004-2007. Conquistou mais uma reeleição para o mandato que vai até 2011 com 45.571 votos.

Na Assembléia Legislativa assumiu diversas funções, dentre elas, a de 1º secretário, 4º secretário, vice-presidente e presidente da Mesa. Liderou a bancada do PFL e presidiu a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Presidiu a Casa no período 2001/2002 e em janeiro de 2005. Foi eleito com mais de 56 mil votos em 2002, obtidos pelo fortalecimento dos municípios e a valorização das regiões Oeste e Planalto Serrano.

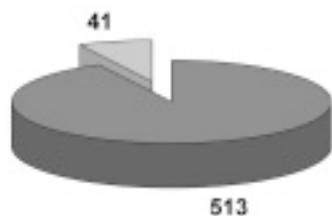
Preside atualmente a Comissão de Saúde. Entre as leis geradas por projetos seus no mandato atual, está a de nº 13.315 que instituiu a obrigatoriedade de execução cantada do Hino Nacional em atividades escolares do ensino médio e fundamental; e a Emenda

Constitucional 037/2004, que instituiu o voto aberto em praticamente todas as deliberações da Casa.

Em junho deste ano, o deputado Onofre Agostini apresentou proposta que isenta do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) os veículos automotores, novos ou usados, adquiridos pelo ocupante, em caráter efetivo, do cargo de Oficial de Justiça.

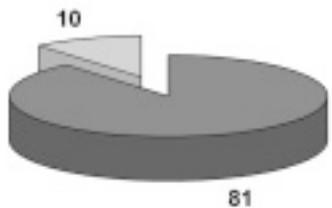


Mulheres no Congresso Nacional



■ TOTAL DE VAGAS
■ PARTICIPAÇÃO FEMININA

De um total de 513 cadeiras na Câmara dos Deputados, as mulheres conquistaram 41 cadeiras. Atualmente, elas detêm 42 vagas.



■ TOTAL DE VAGAS
■ PARTICIPAÇÃO FEMININA

Para o Senado, quatro mulheres se elegeram no domingo, 1º de outubro, ampliando para 10 o número de cadeiras femininas. Uma delas foi reeleita. No atual mandato, elas ocupam nove, das 81 vagas. Saem a senadora Heloísa Helena (P-SOL), eleita para o mandato que se encerra no começo de 2007, e Rosena Sarney (PFL), eleita governadora do Maranhão e cujo suplente é homem.

Partidos não cumprem cota legal

Desde 1997 a legislação federal estabelece que cada partido deve apresentar, do total de suas candidaturas, pelo menos 30% de postulantes femininas. Nenhum partido cumpriu a cota para estas eleições. Não há qualquer tipo de punição pelo não cumprimento da cota.

Padre Pedro obtém seu segundo mandato

Natural de Caxambu do Sul, na época, distrito de Chapecó, padre Pedro Baldissera se reelegeu para seu segundo mandato no Legislativo estadual, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), com 30.998 votos.

É padre católico, graduado em Filosofia pela na Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras, de Lorena-SP, Pedagogia, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Moema, São Paulo - SP e em Teologia, pelo Instituto Teológico de São Paulo.

Em 1997, elegeu-se prefeito do município de Guaraciaba, no Extremo-Oeste, e reeleito em 2000. Em abril de 2002, desincompatibilizou-se do cargo para candidatar-se à Assembléia Legislativa.

Desenvolveu atividades como reitor do Seminário Salvatoria-

rio de Videira entre 1986/1987. Foi pároco de Tangará entre 1988/1992, em Videira entre 1992/1993, ambos localizados no Meio-Oeste catarinense, e em Guaraciaba entre 1993/1996.

Entre suas proposições aprovadas pelo Parlamento está a

Emenda Constitucional nº 40 que promove por lei e por meio de convênios com outros entes federativos, o reassentamento ou a indenização dos pequenos agricultores que, de boa fé, estejam ocupando terras destinadas por meio de pro-

cesso demarcatório, aos povos indígenas.

Entre as propostas do parlamentar atualmente em tramitação, está o Projeto de Lei nº 143/2006, que reduz a incidência do ICMS sobre a compra de tratores e colheitadeiras.



Pedro Uczai retorna ao Legislativo estadual

O professor Pedro Francisco Uczai (PT) nasceu em Descanso, Extremo-Oeste de Santa Catarina, em 1963. Foi pró-reitor de pesquisa, extensão e pós-graduação da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) de Chapecó. Mestre em História do Brasil e doutor em História Social, recebeu o prêmio de melhor educador de Chapecó em 1996. Tem também quatro livros publicados.

Em 1997 assumiu cadeira na Assembléia Legislativa como suplente de deputado estadual e, em 1998, foi eleito

ao cargo. Foi autor do projeto que instituiu o sistema estadual de educação; foi mentor da proposta que prevê geração de emprego e renda na agricultura familiar e da que criou o selo de qualidade Sabor Colonial, além da que garantiu bolsas de estudo para milhares de

catarinenses. Nas eleições de 2002 voltou a se eleger, desta vez prefeito de Chapecó. Suas mais representativas realizações neste período foram a ampliação da rede básica de saúde e implantação do programa Acolher Chapecó, a realização do Congresso da Cidade que plane-

jou o futuro de Chapecó e a coordenação do processo que solucionou a crise do frigorífico Chapecó, ação que garantiu a continuidade das unidades de Chapecó, Xaxim, Santa Rosa (RS) e Cascavel (PR). Teve gestão premiada na saúde e recebeu a con-

decoração de prefeito amigo da criança.

Em seu novo mandato na Assembléia Legislativa - conquistou 33.129 votos - pretende lutar pelo desenvolvimento do Estado, principalmente da região do Extremo-Oeste catarinense.



ELEIÇÕES

Renato Hinnig é um dos estreantes na Casa

Nascido na cidade de Venâncio Aires (RS), além de ajudar sua família na colheita de fumo, Renato Hinnig (PMDB) colaborava na bilheteria dos bailes que seu pai promovia nos salões do interior. Aos 10 anos de idade, desempenhava as funções de garçom e assador no hotel/restaurante/posto de gasolina que seu pai havia adquirido no distrito de Porto Marionete.

Depois da morte da mãe, foi a Bom Retiro do Sul e ingressou na Associação Rural da região, onde desempenhou todas as funções, de secretário a gestor. À época especializou-se na leitura das "bulas" de medicamentos veterinários, tornando-se assim, muito conhecido por indicar remédios aos animais da região, com grande sucesso. Aos 16 anos, desembarcou em Florianópolis.



Formado em Administração pela UDESC, exerceu funções na Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina. Servidor da Secretaria da Fazenda concursado, iniciou sua carreira na área da fiscalização na cidade de Caçador, em 1984. Em 1985, foi

transferido para Jaraguá do Sul, onde permaneceu até 1988, ano que ingressou no curso de especialização em Auditoria da Fazenda, realizado na UFSC. Selecionado, voltou a Florianópolis. Desde que ingressou na Secretaria da Fazenda, em 1983, Renato

tem desempenhado funções referentes à área de fiscalização de tributos.

Estreante no Legislativo estadual, recebeu 42.147 votos e pretende atuar em defesa do setor produtivo, principalmente na área rural.

Reno luta para adequar áreas de conservação

Reno Caramori (PP) conquistou seu quinto mandato na Assembleia Legislativa com 28.594 votos. Técnico em Contabilidade e em Supervisão de Segurança no Trabalho, é empresário do ramo dos transportes.

Foi prefeito de Caçador de 1977 a 1983 e conquistou seu primeiro mandato no Legislativo estadual em 1990, para o período 1991/1994, e tem mantido sua vaga com expressivas votações. No atual mandato, atuou como vice-presidente da Comissão de Trabalho (2000), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (2001 e 2002) e presidente da Comissão de Transportes (2003 e 2004). Preside atualmente os Fóruns Parlamentares criados para acompanhar os efeitos da portaria que estabelece a fixação de Unidades de



Conservação Permanente em Santa Catarina e para discutir ações para a Silvicultura.

Enquanto presidente do primeiro Fórum, Caramori esteve em Brasília, no Ministério do Meio Ambiente. Com sugestões tiradas de audiência públicas e de partes interessadas nas áreas decretadas pela União como de conservação permanente, Caramori tem contestado a maneira como está sendo tratado o assunto. O parlamentar levou ao Ministério do Meio Ambiente propostas tiradas em audiências públicas no Estado, que permitem aos donos das áreas em questão manterem a propriedade desde que se responsabilizem pela manutenção e regeneração da floresta. Reno alega que o governo não cumpriu com os trâmites legais para a implantar as unidades.

Defesa do agricultor é prioridade para Peninha

Com 54.845 votos, Rogério "Peninha" Mendonça (PMDB) garantiu mais um mandato na Assembleia Legislativa. Natural de Nova Trento e formado Engenheiro Agrônomo pela Escola de Agronomia da Universidade Federal de Pelotas (RS) em 1975, é servidor concursado da Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), da qual já foi diretor-presidente (1997/1998). Também presidiu a Associação Nacional dos Produtores de Cebola (1997/1998).

Seu primeiro mandato na Casa foi de 1998 a 2002. Foi reeleito para o atual mandato.

Sua ação parlamentar é voltada para a defesa do agricultor e da agricultura, principalmente. São



suas as iniciativas que garantiram a inclusão nas regras do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) de dispositivo para a liberação de recursos às habitações rurais; denunciou a entrada ilegal de cebola no Brasil e contribuiu juntamente com agricultores e lideranças políticas, para derrubar a resolução do CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente, que proibia o corte de bracatinga no território catarinense.

Entre as leis de sua autoria, está a que dispõe sobre protocolização digital de informações; a que estabelece normas de transparência na transferência de recursos aos municípios; e a que incentiva a aquisição de aparelhos para deficientes físicos.

Em 2003, o deputado foi líder do seu partido na Assembleia Legislativa.

Melhorar a segurança é meta de Benedet

Reeleito para o terceiro mandato com 60.571 votos, o deputado Ronaldo Benedet (PMDB) tem como bandeira a segurança pública. Advogado criminalista, natural de Criciúma, Benedet, que ficou como suplente de deputado em 2002, atendeu convite do então governador Luiz Henrique da Silveira para responder pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão (SSP), onde permaneceu até abril de 2005, quando se desincompatibilizou da função para disputar novo mandato.

Retornou por mais alguns meses à Assembleia, sempre em defesa de um policiamento cada vez mais eficaz nas ruas e pela valorização dos homens que garantem a segurança dos catarinenses.

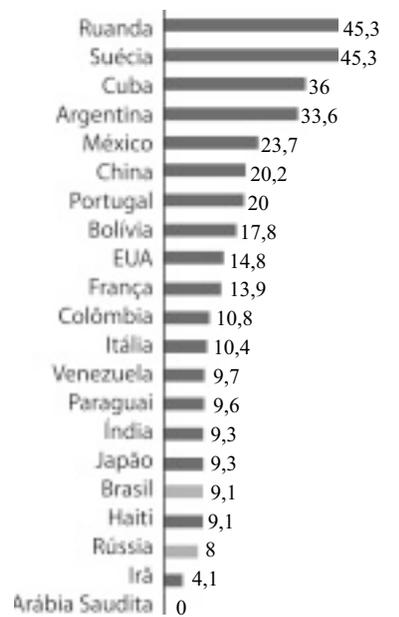


Representando o Sul do Estado, Benedet cumpriu mandato de deputado estadual no período de 1999-2002 e por alguns meses entre 2003-2006. Foi diretor-geral do Deter de 1990 a 1991 e secretário de Obras e Finanças da Prefeitura Municipal de Criciúma, de 1995 a 1996.

Quando à frente da SSP, Benedet lançou corrida contra a criminalidade adotando a Polícia Comunitária entre programas inovadores, atingindo mais de 100 municípios. Através do projeto, o cidadão se sentiu valorizado participando conjuntamente com as autoridades policiais da definição de políticas públicas para reduzir os índices de violência urbana.

Abriu também mais de 2,4 mil vagas no sistema prisional de Santa Catarina.

Ranking mundial da participação feminina no parlamento



De acordo com dados da União Interparlamentar, em 2005 apenas 9,1% das cadeiras do legislativo federal brasileiro eram ocupadas por mulheres, o que coloca o Brasil em 122º lugar no ranking de 168 países — o pior resultado da América do Sul.

Rodovias continuam na pauta de Romildo Titon

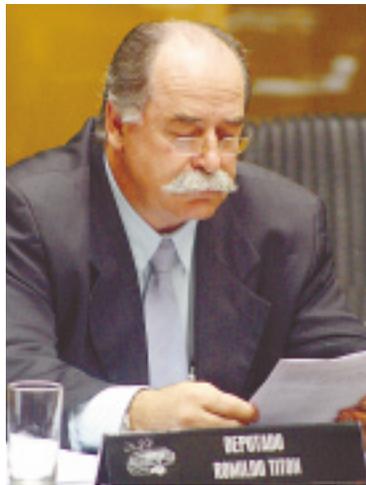
Reeleito com 51.969 votos, Romildo Titon (PMDB), nascido no município de Tangará, garantiu seu quarto mandato no Legislativo estadual. Sempre abrigado no PMDB – quando este ainda era denominado, por força da ditadura militar, apenas MDB (Movimento Democrático Nacional), Titon assumiu seu primeiro cargo público aos 20 anos, ocupando a Intendência distrital da comunidade de Monte Carlo, por indicação do prefeito de Campos Novos. Em 1976, foi eleito vereador do município de Campos Novos. Na eleição seguinte foi reeleito e em 1989 venceu a disputa pela prefeitura do município.

Em 1994, conquistou seu primeiro mandato na Assembleia Legislativa e atuou como líder do governo Paulo Afonso (PMDB) e

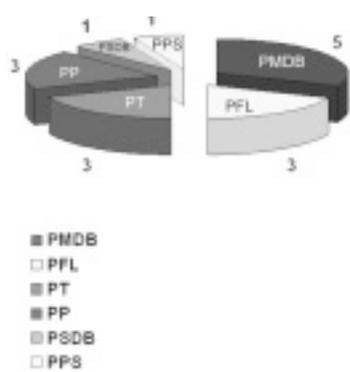
conseguiu a aprovação de projetos importantes, como a criação da microrregião do Planalto Sul – a primeira criada através de projeto de lei e não por decreto governamental.

A BR-282 também contou com o empenho de Titon no trecho de Lages, São José do Cerrito e Vargem, até a BR-470. O deputado criou a Comissão Parlamentar Externa para tratar dos assuntos relacionados à rodovia e hoje é presidente do Fórum Permanente da BR-282. Em 1998 foi reeleito para o cargo de deputado estadual, mantendo a vaga no pleito seguinte.

Ocupou os cargos de 1º e 2º secretário da Mesa e é presidente da Comissão de Educação e membro da Comissão de Finanças e Comissão de Legislação Participativa.



Composição da bancada federal catarinense



Os partidos que integram a coligação Por Toda Santa Catarina (PMDB/PSDB/PFL/PPS/PRTB/PTdoB/PAN/PHS) ficaram com a maioria das vagas catarinenses na Câmara dos Deputados. O PT perdeu uma cadeira - tem três atualmente. Nenhuma nova legenda chegou ao Congresso.

Dreveck tem propostas para gerar empregos

Natural de Campo Alegre, onde iniciou os estudos enquanto ajudava os pais na lavoura, Silvio Dreveck (PP) é formado em Administração pela Univille e pós-graduado em Marketing, Recursos Humanos e Finanças.

Dreveck iniciou sua trajetória política como vereador de São Bento do Sul, eleito para o mandato 1989/1992 e reeleito no pleito seguinte. Foi secretário de Saúde daquele município de 1993 a 1996 e prefeito, por duas vezes, de 1997 a 2000 e de 2001 a 2004. Atualmente é diretor de uma empresa de Recursos Humanos em São Bento do Sul.

Com uma plataforma de trabalho direcionada para geração de emprego e renda e pela diminuição dos impostos, Silvio Dreveck conquistou uma cadeira

na Assembleia Legislativa com 42.551 votos.

Sua proposta para o mandato prevê ações para criar a "Escola-Empresa", espaço físico equipado com máquinas e professores de vários setores da indústria e comércio, onde os jovens irão trabalhar, aprendendo e aperfeiçoando os conhecimentos numa determinada profissão, adquirindo experiência, podendo, assim, conseguir um emprego com menos dificuldade. Esta passagem pela "escola-empresa", que pode variar de seis meses a



um ano, servirá de referência no currículo do jovem. Vai trabalhar ainda para a criação de cursos profissionalizantes, pelo incentivo a empresas para que contratem pessoas sem experiência e pela desenvolvimento do cultivo da maçã no Planalto Norte.

Sargento Soares quer defender praças

Eleito com 40.108 votos, Amauri Soares – o Sargento Soares - nasceu em Imbuia, no Alto Vale do Itajaí. Trabalhou na agricultura como meiro até os 19 anos, quando ingressou na Polícia Militar. Fez o curso de soldados em Lages em 1986 e trabalhou em Rio do Sul até janeiro de 1987, quando foi transferido para Florianópolis, durante a Operação Veraneio, cidade onde morou até 2000. Hoje reside em São José e atua na Companhia de Guarda da Colônia Penal Agrícola de Pailhoça.

Na década de 90, cursou Ciências Sociais, na área da Sociologia Política, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tendo atuado no movimento estudantil como coordenador geral do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Soares prestou concurso para cabo

no 4º Batalhão, na Capital. Trabalhou no trânsito, no Terminal Rita Maria e na antiga Companhia de Choque. Foi aprovado em concurso para sargento em 1989. A partir de 1990, trabalhou na Companhia da Guarda, na Penitenciária de Florianópolis e no Copom da Capital de abril a dezembro de 2002.

Em agosto de 2001, junto com um grupo de praças, articulou a criação da Associação de Praças do Estado de Santa Catarina (APRASC). Esteve à frente da instituição durante quatro anos e meio.

Em março deste ano, licenciou-se do cargo para disputar uma cadeira na Assembleia Legislativa, que conquistou com uma plataforma baseada na melhoria da carreira dos policiais e no fortalecimento da segurança pública.



Valmir Comin mantém trabalho pelo Sul

Antes de se profissionalizar como técnico de edificações, Comin trabalhou nas terras de seus pais, vendendo leite às suas professoras e às mães de seus colegas. Durante a adolescência passou a trabalhar na empresa de beneficiamento de carvão, montada por seu pai utilizando como matéria-prima e transformando em fonte de energia o que as mineradoras descartavam, em uma época que as noções de reaproveitamento e de reciclagem ainda não eram difundidas.

Iniciou sua carreira política como vereador de Siderópolis por dois mandatos. Em 1998, com o apoio da população de nove pequenos municípios da região Sul de Santa Catarina, foi eleito deputado estadual pelo PP e reeleito em 2002. Atualmente, exerce o cargo de 3º secretário da

Mesa da Assembleia Legislativa. Foi reeleito nestas eleições com 26.560 votos.

Comin foi o autor do Projeto de Lei nº16/05, que proíbe a cobrança de taxa de consumação obrigatória em bares e similares e do PL nº406/05, que estabeleceu novas condições de estacionamento em shopping centers e supermercados, já transformado em lei estadual.

O texto da lei originada por Comin determina que os clientes de shopping, supermercados e agências bancárias, só paguem a taxa referente a estacionamento caso ultrapassem o tempo de 90 minutos. Para estarem isentos do pagamento, os clientes devem apresentar nota fiscal comprovando compra de no mínimo dez vezes o valor da taxa.



ELEIÇÕES

Colombo é eleito com 58% dos votos

Na Câmara dos Deputados a coligação Por Toda Santa Catarina garantiu dez das 16 cadeiras de Santa Catarina

O pefelista João Raimundo Colombo foi eleito senador por Santa Catarina com 1.734.794 votos, o que representa 58,58% dos votos válidos. A partir de 1º de fevereiro de 2007, ele vai ocupar a vaga do senador Jorge Bornhausen, presidente nacional do PFL, que decidiu não disputar o pleito.

Colombo nasceu em Lages, em 1955. Para disputar as eleições deste ano renunciou à prefeitura da cidade, para a qual foi reeleito em 2004 com mais de 70% dos votos. O primeiro mandato foi cumprido entre 1989 e 1992. Foi também deputado federal (1999/2000) e deputado estadual (1987/1988). Em 2003 foi eleito presidente estadual do PFL, mandato que cumpre até

2007. Mesmo cargo desempenhou entre 1993 e 1995. Foi ainda secretário geral do seu partido no Estado.

Na administração estadual, o senador eleito foi diretor administrativo da extinta Telesc, presidente da Celesc e presidente da Casan.

Nestas eleições, o candidato pefelista compôs a coligação Por Toda Santa Catarina, que reúne oito partidos políticos (PMDB/PFL/PSDB/PPS/PRTB/PTdoB/PAN/PHS) e tem como cabeça-de-chapa o ex-governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), que disputa a reeleição e



Senador eleito mantém cadeira do PFL em Brasília

tem como vice o senador Leonel Pavan (PSDB). João Raimundo Colombo vai integrar a bancada catarinense no Senado Federal ao lado de Ideli Salvatti, do PT, e de Leonel Pavan (PSDB).

Federais

Os mesmos seis partidos políticos que têm representantes de Santa Catarina hoje na Câmara dos Deputados estarão presentes no Congresso Nacional a partir de fevereiro de 2007. Nestas eleições, PMDB e PFL aumentaram o tamanho de suas bancadas, enquanto o PT encolheu. PP, PSDB e PPS mantiveram o mesmo espaço.

Das 16 vagas de Santa Catarina na Câmara, cinco ficaram com os peemedebistas, que conquistaram uma cadeira a mais

do que têm na atual legislatura. Os pefelistas que ocupam hoje duas vagas também obtiveram mais uma. O PT, que em 2002 elegeu cinco deputados federais, desta vez conseguiu apenas três cadeiras.

Fernando Coruja garantiu a reeleição pelo PPS, mantendo a cadeira do seu partido, porém o tucano Paulo Bauer, hoje único representante da sigla na Câmara, foi substituído por Djalma Berger. Na bancada progressista, Ângela Amin substituiu Leodegar Tiscoski.

Também na eleição ao Congresso Nacional a coligação Todos por Santa Catarina favoreceu as siglas aliadas. Juntas elas garantiram dez das 16 vagas. Veja o perfil dos eleitos.

Angela Amin - PP

Graduada em Matemática pela UFSC, iniciou sua vida política atuando como presidente da Liga de Apoio ao Desenvolvimento Social de Santa Catarina (Ladesc) de 1983



a 1986, no governo de seu marido, Esperidião Amin (PP). Recebeu 174.511 votos, registrando a maior votação entre os eleitos catarinenses para o próximo mandato (2007-2010) na Câmara dos Deputados.

Natural de Indaial, Angela elegeu-se vereadora de Florianópolis em 1988 e, em 1990, deputada federal quando atuou como vice-líder do PDS, relatora da Lei de Diretrizes e Base da Educação e membro da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Violência contra a Mulher.

No ano de 1994, Angela

Amin candidatou-se ao governo estadual, mas apesar de ter sido votada por 1 milhão e 200 mil eleitores, perdeu para o atual deputado federal, Paulo Afonso Vieira (PMDB).

Em 1996, foi eleita prefeita de Florianópolis, sendo a primeira mulher a exercer este cargo público em Santa Catarina. Na primeira gestão (1997/2000), sua administração foi destacada por três vezes pela pesquisa do Instituto Datafolha como a melhor administração de prefeituras de capitais. Foi reeleita para o período 2001/2004.

Carlito Merss - PT

O petista conquistou seu terceiro mandato, com 83.769 votos. Professor, formado em Economia, filiou-se ao PT em 1983, presidiu a executiva de Joinville de 1989 a 1991 e integrou a exe-



cutiva estadual do partido em 1997.

Foi candidato a prefeito de Joinville em 1988, 1996 e 2000. Em 1992, elegeu-se vereador. Na Câmara Municipal, presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que comprovou irregularidades na Fundação Cultural de Joinville. Em 1994, conquistou uma cadeira na Assembléia Legislativa.

Autor da emenda constitucional que instituiu a sistemática do Orçamento Regionalizado, que prevê a efetiva participação da população na definição de obras e programas no pla-

nejamento estadual orçamentário. Foi eleito para seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados em 1998. Na Câmara dos Deputados foi membro da Comissão de Pequenas, Médias e Micro-empresas, que aprovou o Estatuto da Microempresa, e da Comissão Especial que analisou o Estatuto do Idoso. Participou também da Comissão Especial que tratou do projeto da lei de responsabilidade fiscal e da Comissão Externa para investigação da pesca predatória e a existência de trabalho escravo nas embarcações do Sul do país.

Celso Maldaner - PMDB

Natural de Chapecó, Celso Maldaner formou-se técnico em contabilidade em 1973 e quatro anos depois concluiu a faculdade de Ciências Políticas e Econômicas. Fez especialização



em administração pública pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Aos 28 anos foi eleito prefeito de Maravilha, onde se destacou pela viabilização da infra-estrutura pluvial e asfaltamento de avenidas, implantação do frigorífico de aves da Aurora e a construção de mais de 40 salas de aula. Foi reeleito em 1993, período em que viabilizou a criação da Associação dos Municípios Entre-Rios (Amerios) e a implantação de um campus da Unoesc em Maravilha.

O terceiro mandato de prefeito foi conquistado em

2001. Em março de 2003, atendendo o chamado das lideranças da região e do governador Luiz Henrique da Silveira, abdicou do Executivo municipal para assumir a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional.

Em seu primeiro mandato no Legislativo federal, Celso Maldaner, que é irmão do ex-governador Casildo Maldaner, deseja "trabalhar para moralizar o Congresso Nacional, levando integridade e competência sem jamais se deixar levar por interesses pessoais." Foi eleito com 65.770 votos.

Claudio Vignatti - PT

Natural de Cunha Porã, Extremo-Oeste catarinense, Vignatti ganhou sua primeira eleição em 2001, quando os chapecoenses o elegeram para a Câmara de Vereadores da cidade e, em



2003, conquistou uma das 16 cadeiras pertencentes à Santa Catarina na Câmara dos Deputados. Garantiram sua reeleição ao Legislativo federal 114.681 eleitores.

Ingressou na vida pública como sindicalista e líder comunitário. Foi presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de Chapecó e região de 1988 a 1994 e da Associação dos Moradores do Bairro Santo Antônio (Chapecó). Filiou-se ao PT em 1993, tendo exercido a presidência do diretório municipal de Chapecó.

No exercício do primeiro mandato, propôs a criação

da Universidade Federal da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul - UFGFM (Projeto de Lei nº 6037/05), que está aguardando a designação de relator na Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público (CTASP).

Durante 2004 e 2005, o parlamentar promoveu, em parceria com a Assembléia Legislativa, uma série de seminários regionais no Estado, reunindo estudantes e lideranças jovens que definiram prioridades para construção de uma política para a juventude brasileira, nas áreas rural e urbana.

ELEIÇÕES

Décio Lima - PT

Natural de Itajaí, o advogado Décio Lima iniciou sua trajetória política nos grêmios estudantis que presidiu a partir dos 13 anos de idade até a vida acadêmica na Universida-

de do Vale do Itajaí (Univalli) e na União Catarinense de Estudantes (UCE). Presidiu de 1977 a 1978, a ala jovem do MDB itajaiense. Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores em Santa Catarina.

Transferiu-se para Blumenau em 1989, para atuar no movimento sindical, e se elegeu pela primeira vez vereador em 1992, com 1.812 votos. Em 1996, conquistou a prefeitura da cidade, com 68.951 votos (50,44% do eleitorado). Foi reeleito em 2000, com aprovação de 62,03% do eleitorado, com total de 90.805 votos.

Foi eleito para a Câ-

mara Federal com 102.112 votos, com o compromisso de trabalhar pela melhoria e manutenção das rodovias, portos e aeroportos federais e estaduais; retomada do debate da implantação e operação da malha ferroviária em Santa Catarina; criação de universidades gratuitas e interiorização da UFSC.

Ampliação e qualificação da rede hospitalar com atendimento pelo SUS, incentivo aos setores turístico, têxtil, de produção de software, pesqueiro, agricultura e agropecuária sustentáveis, também integram a plataforma de trabalho de Décio Lima.



Djalma Berger – PSDB

Formado em Administração de Empresas pela Escola Superior de Administração e Gerência (ESAG) e em Engenharia Civil pela UFSC, Djalma Berger recebeu 126.419 votos, garan-



tindo uma vaga na Câmara dos Deputados.

Djalma ingressou na vida pública em 1997, filiado ao PFL. Na época, foi convidado pelo irmão e prefeito de São José, Dário Berger, para comandar a Secretaria de Transportes e Obras da Prefeitura de São José. Em 2002, deixou a secretaria para disputar uma cadeira na Assembleia Legislativa, para a qual foi eleito.

No segundo semestre de 2005, licenciou-se para ocupar o cargo de secretário de Obras de Florianópolis. Desincumbiu-se do cargo em março de 2006 para

concorrer à Câmara dos Deputados.

Djalma Berger é empresário do ramo de serviços na área de construção civil, vigilância e transportes coletivos.

No PSDB, ao qual filiou-se em 2003, já atuou como tesoureiro e hoje é delegado das executivas estadual e federal.

O parlamentar já recebeu cerca de 100 troféus e placas em reconhecimento ao seu trabalho. Além disso, conquistou o título de Cidadão Honorário das cidades de Biguaçu, Palhoça, Urubici, Santo Amaro da Imperatriz, São José e Florianópolis.

Edinho Bez - PMDB

O peemedebista, natural de Gravatal, Sul do Estado, conquistou 121.571 votos e a segunda reeleição à Câmara dos Deputados. Bancário e contador, foi deputado estadual de 1991 a

1995. Exerceu seu primeiro mandato como deputado federal de 1995 a 1999, o segundo de 1999 a 2003 e o atual (2003 – 2007).

Licenciou-se do mandato atual, de março de 2003 a abril de 2005, para integrar o colegiado do governador Luiz Henrique da Silveira no comando da secretaria estadual de Infra-Estrutura.

Edinho Bez entrou para o PMDB em 1985. Assumiu a coordenação da bancada no Congresso Nacional de 1997 a 1998.

Integrou comissões permanentes, como as de Minas e Energia, de Finanças e Tributação, e

especiais, como a do Código Aduaneiro do Mercosul. Entre os projetos de sua autoria em tramitação, está o PL nº 6726/2006, pronto para a apreciação da Comissão de Viação e Transporte (CVT).

A proposta determina idade mínima de 21 anos para que motoristas se habilitem a conduzir veículos de aluguel e escolares, além de terem que passar por um exame de conhecimentos básicos da estrutura da cidade em que prestam os serviços e não ter sido condenado por crime de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores.



Fernando Coruja - PPS

Natural de Lages, Carlos Fernando Agustini, popularmente conhecido como Fernando Coruja, conquistou seu terceiro mandato na Câmara de Deputados com um total de 108.430 votos.



Sua base de representação é o Planalto Serrano. Foi prefeito de Lages de 1993 a 1996, e deputado federal nos períodos de 1999 a 2003 e de 2003 a 2007. Licenciou-se do mandato na legislatura 2003-2007 para comandar a Secretaria Estadual da Saúde, de 3 de fevereiro de 2003 a 7 de abril de 2004, no atual governo.

É graduado em Medicina pela UFSC e Direito, pela UNIPLAC, Lages. Tem especialização em Endocrinologia e em Diabetes pela PUC, Rio de Janeiro. Também é especializado em Instituições Jurídico-Políticas, pela UFSC e Administração Hospitalar pela Faculdade

São Camilo, de São Paulo e em Direito Processual pela UFSC. É mestre em Direito pela UFSC. Em Lages, foi diretor do Departamento Municipal de Saúde Pública, secretário do gabinete de Planejamento (1990-1991) e diretor do Hospital Teresa Ramos (1991-1992).

Representou a Câmara em missão oficial à Colômbia, a convite do Instituto de Capacitación e da Corporación de Promoción Popular, para acompanhar a situação dos direitos humanos e colaborar em negociações pela paz naquele país em 1999. Também integrou comitiva do Legislativo federal em visita à China, em 2000.

Gervásio Silva – PFL

Natural de São José, o pefelista recebeu 95.864 votos, garantindo mais quatro anos na Câmara dos Deputados. Foi vereador e comandou a prefeitura de São José de 1994 a 1997.

Egresso do extinto PDS, no qual ingressou em 1980. Em 1987, foi para o PL, o qual presidiu até 1990, quando assinou ficha no PFL.

Foi eleito deputado federal pela primeira vez para o mandato de 1999 a 2003, reelegendo-se na eleição seguinte. É primeiro vice-presidente da Comissão Permanente de Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e terceiro vice-presidente da Comissão de Minas e Energia. Integra a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul do Congresso Nacional.

Em 2004, apresentou proposta que institui pen-

são mensal correspondente a 50% do valor do piso nacional de salários às pessoas portadoras de necessidades especiais, definitivamente incapazes para o trabalho. A matéria estabelece que o benefício será concedido àqueles deficientes cujos pais, tutores ou curadores residam no país e tenham renda familiar inferior a dois pisos nacionais de salário. A matéria está apensada a diversos outros projetos que versam sobre a concessão de benefícios sob o manto da Previdência Social e em apreciação pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).



João Matos – PMDB

O peemedebista conquistou seu quarto mandato na Câmara dos Deputados com um total de 111.291 mil votos. Iniciou sua vida pública como secretário de Educação do



município de Ibirama, de 1983 a 1984, quando ainda pertencia aos quadros do PP. Deixou a legenda no começo da década de 90, quando venceu as eleições para o Legislativo estadual, e filiou-se ao PMDB.

Foi secretário estadual da Educação e Desporto de 1995 a 1998, período em que esteve licenciado do seu primeiro mandato federal.

Também foi secretário estadual de Coordenação e Articulação, a partir de março de 2005, quando também esteve licenciado da Câmara, em seu segundo mandato como deputado federal.

Graduado em Geografia pela UFSC e em Administração de Empresas pela UDESC, João Matos sempre atuou na área de educação, como professor da rede pública e diretor e proprietário de estabelecimento de ensino

No atual mandato, integra a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional. Entre os projetos de sua autoria, está o que concede isenção de tributos federais às instituições privadas de ensino superior, pronto para ser votado pela Comissão de Finanças e Tributação.

ELEIÇÕES

João Pizzolatti – PP

89.373 mil eleitores garantiram ao parlamentar graduado em Engenharia Civil e Administração de Empresas pela FURB (Blumenau), a conquista de seu quarto mandato na Câmara



dos Deputados.

O primeiro foi de 1995 a 1999, já filiado ao PP. Foi vice-presidente do PFL de Pomerode, de 1992 a 1993. Atuou como inspetor de fiscalização da Fazenda Estadual da região de Blumenau por dez anos, de 1984 a 1994.

É integrante titular da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – do Congresso Nacional –, das comissões permanentes da Câmara de Agricultura e Política Rural; da Amazônia e de Desenvolvimento Regional; Economia, Indústria e Comércio, da qual é vice-presidente; Finanças e Tri-

butação; Minas e Energia, a qual presidiu durante 2005 e foi seu terceiro vice-presidente em 2006; além das comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; e Turismo e Desporto.

Entre os projetos de sua autoria, está o que isenta os Centros de Formação de Condutores (auto-escolas) do pagamento de IPVA sobre os veículos adquiridos exclusivamente para as aulas aos novos condutores.

O progressista também é autor de proposta que fixa em 2% do valor de tributos devidos o total de acréscimos incidentes sobre atrasos nos pagamentos.

Mauro Mariani - PMDB

Empresário do ramo moveleiro e de tintas, Mauro Mariani foi eleito para o primeiro mandato na Câmara dos Deputados (2007/2011) com 171.139 votos.

Natural de Bituruna



(PR), Mariani mora desde 1983 em Rio Negrinho, Planalto Norte do Estado, onde iniciou sua trajetória política, vencendo por duas vezes as eleições para a prefeitura municipal, em 1996 e em 2000. Renunciou em 2002, para concorrer a deputado estadual sendo eleito o mais votado do PMDB, com 44.836 votos.

Na Assembléia Legislativa foi presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural, integrou a Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia, Minas e Energia, e Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo

à Família e à Mulher. Foi relator da Comissão Parlamentar de Inquérito da Casan (Casan).

Mauro Mariani licenciou-se do atual mandato no começo de 2005 para assumir a Secretaria de Estado da Infra-estrutura, comandada desde o começo do governo Luiz Henrique pelo deputado federal, também do PMDB, Edinho Bez. Mariani retornou à sua vaga no Legislativo em 5 de abril deste ano.

Mauro Mariani é autor da proposta que originou a Lei n 13.443 de 2005, que incluiu a carne suína na merenda escolar da rede pública estadual.

Nelson Goetten – PFL

Eleito para a Câmara dos Deputados com 79.667 votos, o atual deputado estadual foi agricultor, motorista e, atualmente, é empresário. Iniciou sua vida pública como vereador pelo



antigo PDS, no município de Taió, em 1988. Em 1992 elegeu-se prefeito de Taió, administrando o município no período de 1993 - 1996. Conquistou o primeiro mandato ao Legislativo estadual, já pelo PPB, nas eleições de 1998, sendo reeleito em 2002. Deixou o PPB em 2005 para filiar-se ao PFL.

É autor da Lei Estadual nº 13.665, sancionada no ano passado pelo governo estadual e que modificou alguns artigos da lei que criou o programa Catarinense de Recuperação Fiscal (Refis/SC), adequando-a à legislação federal. De acordo com a justificativa do parlamentar quando da

apresentação da matéria na Assembléia Legislativa, empresas que aderiram ao Refis/SC pagavam o parcelamento conforme percentual da média mensal da receita bruta do ano anterior e apresentaram queda no faturamento. O programa federal, instituído pela Lei Federal nº 9964 de 2000, prevê que o valor de cada parcela seja determinado em função do percentual da receita bruta do mês anterior.

No mandato estadual, durante o ano de 2003, presidiu a Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul.

Odacir Zonta - PP

Técnico contábil, graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Palmas (PR), Zonta – que tem forte atuação no setor da agricultura - foi eleito



deputado estadual para o mandato 1999-2003 e, na eleição seguinte, disputou uma cadeira na Câmara dos Deputados, conquistando seu primeiro mandato federal. Com os votos de 88.813 eleitores, o progressista está reeleito para o período 2007 – 2011.

Desde 1967, Zonta atua na política partidária, primeiro na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), durante o período em que o governo militar impôs o bipartidarismo no país. Zonta passou a ser do PDS em 1981, uma das legendas nascidas da ARENA. Do PDS – cuja sigla deixou de existir - nasceram outras

legendas. Zonta filiou-se então ao PPR em 1993 (sigla também extinta) e ao PPB, em 1995. Este último mudou a sigla para PP (Partido Progressista) recentemente. Por duas vezes, foi secretário de Agricultura de Santa Catarina (1985-1987 e 1999-2002, governos Esperidão Amin).

É membro titular das comissões de Agricultura e Política Rural e de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. É autor da proposta de redução do valor das multas cobradas por infração às normas de divulgação de pesquisa e propaganda eleitoral.

Paulo Bornhausen - PFL

Paulo Bornhausen retorna à Câmara dos Deputados com os votos de 98.863 eleitores. Natural de Blumenau, Paulinho, mudou-se para Florianópolis, onde mais tarde tor-



nou-se bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Em 1994 foi eleito deputado federal, ocupando pela primeira vez um cargo eletivo. Foi o autor da Lei nº 9.608/98, que regulamentou o Serviço Voluntário no Brasil. Foi considerado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) em 1995, 1997 e 1998 um dos 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional.

Em 1998, elegeu-se deputado estadual com a maior votação da história de Santa Catarina. Foi o líder do governo na As-

sembléia Legislativa até o final de 2000. Entre suas propostas que viraram lei está a Lei Complementar nº 180/99, que regulamentou o artigo 170 da Constituição Estadual. Com isso, ficou garantida concessão de bolsas de estudo nas universidades do Estado vinculadas ao sistema Acafe.

Também foi o autor do projeto que deu origem a Lei 12.142 aprovada em 2002, que determinou a retirada total dos controles de velocidade (pardais) das rodovias estaduais, indicando a substituição por equipamentos de fiscalização informativos.

Valdir Colatto - PMDB

Natural de Lagoa Vermelha, Colatto foi eleito, pela primeira vez, com 67.788 mil votos, para a Câmara dos Deputados. Na legislatura de 1987-1991 assumiu durante um ano, de 1989



a 1990, como suplente. Na seguinte, 1991-1995, também entrou como suplente em 1993, e foi efetivado cumprindo o mandato até o final. Na atual legislatura, ocupou durante um mês uma vaga catarinense.

Colatto ocupou diversos cargos nos governos Pedro Ivo Campos e Paulo Afonso Vieira. No governo Luiz Henrique, comandou a Secretaria de Articulação Nacional do Governo de Santa Catarina em Brasília, de 2003 a 2004.

Engenheiro agrônomo, o peemedebista tem sua atuação política especialmente voltada à agricultura e ao cooperativismo. Foi

presidente do Sindicato Rural de Xanxerê, de 1981 a 1982, presidente do Ceasa em 1987 e integrou o Conselho de Administração da Cidasc, de 1987 a 1988, além da Comissão Estadual de Questões Indígenas, entre 2003 e 2004.

Representou o Parlamento brasileiro em vários eventos internacionais, como o Encontro de Parlamentares latino-americanos, realizado no Panamá em 1986; o Congresso da Nova Mentalidade Política na URSS e América Latina, em Moscou, em 1989; e a reunião conjunta do MERCOSUL, em Montevidéu (Uruguai), em 1993.

ELEIÇÕES

Apenas 15% são filiados no Estado

Legendas atraem poucos eleitores catarinenses para as suas fileiras e a escolha dos candidatos ainda é pessoal

Mirela Maria Vieira

Dos mais de quatro milhões de eleitores catarinenses aptos a votar, pouco mais de 613 mil têm uma ficha assinada em alguma das 29 legendas partidárias que convivem no atual estágio da democracia brasileira. No universo de filiados, nem todos entram pelo conteúdo programático ou pela atuação das legendas. Nas eleições, muitos sequer votam nos integrantes do seu partido.

O ranking das siglas com o maior número de filiados, conforme registro no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC), é encabeçado pelo PMDB, seguido pelo PP, PFL, PSDB, PT.

As raízes destas legendas vêm de associações políticas datadas do final do século XIX, época em que o Brasil passou de colônia de Portugal a Império soberano e República, e dos primeiros 40 anos do século XX. À exceção do PT, nascido na década de 80 do movimento dos trabalhadores do ABC paulista, abrigando remanescentes de esquerdas radicais, revolucionárias ou de ex-integrantes

do MDB. A democracia e o sistema político-partidário brasileiros foram atropelados por governos autoritários: com Getúlio Vargas, de 1937 a 1945, e pelo golpe militar de 1964.

A estruturação do atual quadro partidário em Santa Catarina acompanhou, via de regra, o contexto nacional, cuja formação das agremiações partidárias partiu - em síntese - das necessidades econômicas e sociais provocadas pela independência de Portugal e pelo fim da escravidão, além das mudanças na organização político-econômica mundial.

De acordo com o cientista político, professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Yan de Souza Carreirão, o Estado foi dominado por dois grupos políticos desde o final da República Velha, de 1889 a 1930, até o golpe de 1964, centrados em duas famílias: os Ramos e os Konder Bornhausen. Os primeiros eram donos de terras em Lages, "um dos mais importantes municípios de Santa Catarina, que controlavam politicamente a

região desde meados do século XIX". Junto com a família Konder, comandavam o Partido Republicano Catarinense. "Em 1922, após uma dissidência com os dirigentes do Partido Republicano, (os Ramos) ficam na oposição, chegando ao poder estadual a partir de 1930, junto com Getúlio Vargas; controlarão o Estado até 1945", relata Yan em seu artigo "O Sistema partidário catarinense (1980-2005): histórico e evolução", publicado no livro "Os Partidos na Política Catarinense - Eleições, processo legislativo e políticas públicas" (Editora Insular). O artigo sintetiza pesquisa realizada pelo cientista político, na qual descreve os elementos mais relevantes do processo político catarinense e da consequente formação do quadro partidário atual.

Fragmentação

A partir da década de 30, acontece a união política entre as famílias Bornhausen e Konder, consequência do casamento entre Irineu e Marieta, cuja base política original era o Vale do Itajaí. De

1945 a 1964, época em que o Brasil estava sob um sistema político democrático e pluripartidário, dominam politicamente o Estado, de um lado, o Partido Social Democrático (PSD), comandado pelos Ramos, e, de outro, a União Democrática Nacional (UDN), controlada pelos Konder Bornhausen. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado por Getúlio Vargas, tinha em seu comando lideranças moderadas em terras catarinenses, tendo como presidente um membro da família Ramos, conforme a pesquisa do professor Yan. O perfil de esquerda populista do PTB no Estado só foi adquirido com a vinda de Doutel de Andrade para cá.

Com o Ato Institucional nº2, editado pelo governo militar em 1965, udenistas e pedessistas se abrigam na Aliança Renovadora Nacional (ARENA). As "esquerdas" se abrigam no Movimento Democrático Nacional (MDB).

Terminada a ditadura militar,

inicia a fragmentação partidária que gerou as atuais 29 legendas com registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Suas diferenças programáticas e atuação efetiva na vida política do país passam ao largo do conhecimento da maior parte dos brasileiros, fato compreensível numa democracia cuja evolução foi interrompida por sistemas autoritários. Para corrigir isso e firmar um compromisso efetivo entre os representantes eleitos e seus representados, é necessário tornar mais rigorosas e claras as regras do jogo político partidário, repensar a propaganda política e, principalmente, fortalecer a estrutura partidária, impondo coisas simples como a fidelidade partidária, por exemplo, ainda pendente.

Para estas eleições, a Justiça Eleitoral implementou a cláusula de barreira, prevista na Lei eleitoral nº 9096, de 1995, apesar da intensa polêmica em torno do dispositivo (leia quadro).

O que é a Cláusula de barreira

A cláusula de barreira ou "cláusula de exclusão" ou "desempenho", conforme dispõe a Lei 9.096/96 - Lei dos Partidos Políticos, entrou inteiramente em vigor a partir das eleições deste ano.

O dispositivo determina que tem direito a indicar líderes, integrantes de comissões e participar da mesa diretora em todas as Casas Legislativas para as quais tenha eleito representante, o partido que, na eleição para a Câmara dos Deputados, obtenha no mínimo 5% dos votos apurados, distribuídos em pelo menos 1/3 dos estados, com um mínimo de 2% do total de cada um deles.

As legendas que não alcançarem o percentual perdem o direito ao fundo partidário. Também perdem espaço nas cadeias nacional e estadual de televisão e rádio: terão direito a apenas um programa, em cadeia nacional, em cada semestre, com duração de dois minutos. Vencendo a barreira, terá direito a realização de um programa em cadeia nacional e de um programa em cadeia estadual, em cada semestre, com duração de vinte minutos cada, além de um tempo total de quarenta minutos, por semestre, para inserções de trinta segundos ou um minuto, nas redes nacionais e nas emissoras estaduais.

Conforme a consultoria da Câmara dos Deputados, se essa regra já estivesse valendo nas eleições de 2002, somente sete dos atuais partidos teriam funcionamento parlamentar: PT, PFL, PMDB, PSDB, PPB, PSB e PDT".

Filiações partidárias em Santa Catarina - Por faixa etária

Partido	16 Anos	16 Anos	17 Anos	18 a 24 Anos	25 a 34 Anos	35 a 44 Anos	45 a 59 Anos	60 a 69 Anos	69 Anos	Total
10 - PRB	0	0	0	4	6	2	0	1	0	13
11 - PP	252	6	56	5.319	17.747	24.760	48.525	18.335	12.917	127.917
12 - PDT	170	2	13	839	4.576	9.192	12.714	3.794	2.219	33.519
13 - PT	171	6	30	2.794	7.425	12.392	13.530	3.004	1.355	40.707
14 - PTB	71	2	20	1.375	4.170	5.888	7.480	2.060	1.095	22.161
15 - PMDB	184	26	114	8.782	20.816	33.310	51.812	16.624	9.548	141.216
16 - PSTU	2	0	1	25	55	44	37	1	4	169
17 - PSL	3	0	0	67	236	246	326	57	34	969
19 - PTN	3	0	0	39	94	100	100	28	8	372
20 - PSC	14	0	0	218	767	1.138	1.400	322	184	4.043
21 - PCB	0	0	1	13	11	6	8	4	2	45
22 - PL	62	0	9	1.371	3.623	5.831	6.617	1.801	870	20.184
23 - PPS	44	9	29	1.679	3.697	4.029	4.380	974	422	15.263
25 - PFL	226	12	58	5.734	19.914	29.233	37.619	11.350	6.411	110.557
26 - PAN	7	0	1	29	163	143	211	120	102	776
27 - PSDC	5	0	0	69	366	316	324	92	34	1.206
28 - PRTB	3	0	0	49	207	207	205	62	37	770
29 - PCO	0	0	0	0	5	2	5	0	0	12
31 - PHS	8	0	0	76	233	205	244	45	15	826
33 - PMN	16	0	0	54	456	847	806	228	124	2.531
36 - PTC	29	0	1	51	452	3.087	3.463	1.241	867	9.191
40 - PSB	26	5	25	784	1.654	1.565	1.558	356	141	6.114
43 - PV	12	0	3	289	644	731	666	160	70	2.575
44 - PRP	1	0	0	22	40	84	51	10	3	211
45 - PSDB	140	10	77	6.250	15.221	19.696	20.067	4.935	2.054	68.450
50 - PSOL	1	0	3	107	91	63	69	19	7	360
56 - PRONA	3	0	0	8	40	70	56	8	4	189
65 - PC DO B	15	0	3	146	521	904	701	177	66	2.533
70 - PT DO B	3	0	0	41	63	69	84	22	6	288
TOTAL	1.471	78	444	36.234	103.293	154.160	213.058	65.830	38.599	613.167

Fonte: Página eletrônica do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina/Seção Cadastro Eleitoral

ELEIÇÕES

A evolução dos partidos políticos no Brasil

As raízes das mais fortes legendas atuais, à exceção do PT, vêm de associações políticas datadas do século XIX e dos primeiros 40 anos do século XX

Datam do tempo do Império os movimentos com características de partidos políticos. Várias facções agiam no período pré-independência (1822), principalmente no Rio de Janeiro, então capital do país. O que mais se aproximou de um partido político naquela época era chamado de Partido Brasileiro, que designava mais uma tendência contra a dominação portuguesa, enquanto outros defendiam a permanência do Brasil sob o domínio de Portugal.

A abdicação de D. Pedro I, consideram os historiadores, marca o ponto inicial da vida partidária brasileira. Os dois partidos – Partido Liberal e Partido Conservador – se firmaram como os que iriam governar os destinos do país até a declaração da República, em 15 de novembro de 1889. No período pré-republicano, dois partidos, ambos denominados Partido Republicano, coexistiram. O Partido Republicano Paulista e o Republicano do Rio de Janeiro. O primeiro foi fundado em 1873, integrado pelo “novos empreendedores” que defendiam, basicamente, o federalismo, mais por questões econômicas do que políticas. O segundo, fundado três anos antes do congênere paulista, era formado por intelectuais, funcionários públicos e profissionais liberais, que queriam proclamar a República a partir de uma revolução popular. Ambos tiveram de fato, na Primeira República, uma função nacional com a Constituição de 1891. A partir disso, foi sendo desenhado o atual panorama que temos hoje. Registre-se que o decreto 21.076, editado pelo Governo Provisório em 1932, antes da Constituição de 1934, foi a primeira lei que efetivamente reconheceu a existência jurídica dos partidos além de regular seu funcionamento. (MMV)



Apatia eleitoral: Cura exige reforma política imediata

Definição de regras claras e rigorosas, consistência programática e coerência partidária são essenciais para despertar o eleitor brasileiro

Sandra Annuseck

Por que o eleitor brasileiro tem se demonstrado cada vez mais apático? Não há como afastar, numa análise preliminar, a fragilidade do sistema partidário brasileiro na dependência de uma ampla reforma política, apontada como caminho mais seguro para despertar o gosto adormecido do brasileiro pelas discussões partidárias e ideológicas.

“Há indicadores preocupantes de uma crise de representatividade, evidenciada pela deterioração partidária, frouxidão ideológica, inconsistência programática, alianças oportunistas, táticas inescrupulosas, cinismo galopante, hipocrisia desabrida, corrupção endêmica e generalizada e, não menos pesados, jogo baixo entre contendores”, avalia o sociólogo, professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Santa Catarina e diretor e professor da Escola de Governo e Cidadania, Remy Fontana.

Para Remy, o sistema representativo apresenta problemas em duas frentes: “Do lado institucional, pela virtual falência do sistema partidário e pela inconsistência e anacronismo da legislação eleitoral; do lado da sociedade, pelo fato dos cidadãos não se sentirem

adequadamente ou razoavelmente representados pelos seus parlamentares e partidos”.

O professor critica o caráter oportunista que reveste as discussões em torno da reforma política. “Tratada intermitentemente no curso de cada eleição, a reforma eleitoral e partidária, por meio de um debate de ocasião, obedece interesses oportunistas de quem está no governo ou na oposição, não têm faltado alquimistas e prestidigitadores na preparação da panacéia regeneradora de nossos costumes políticos”, assinala.

E qual seria o caminho para recuperar o crédito do cidadão na política? O professor receita o que considera o melhor caminho: “A recomposição da esperança não passa pela negação da política, mas da politicagem. Passa pela negação da subordinação da esfera pública ao mercado; pela negação da redução do governante a gerente, e do cidadão ao consumidor”, avalia.

Na avaliação do economista Valmir dos Passos, pós-graduado em Sociologia Política e professor da Unisul/Cesusc, a explicação para este sentimento de indiferença do eleitor, neste pleito, esteve relacionada com fatores conjunturais, entre eles, a liderança absoluta do presidente Lula nas pesquisas de

opinião pública. Para ele, o desempenho do petista não foi surpresa. “Pelos escândalos registrados no ano passado, CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito), Roberto Jefferson, mensalão, muitos imaginavam que a figura política de Lula estaria destruída. Mas o presidente mostrou o contrário”, observa.

A explicação para o desempenho positivo do presidente, segundo Valmir, se ancora na própria personalidade do petista. “Ele é o político mais conhecido, mais discutido do País...Tem uma trajetória de vida ímpar, quase tendo morrido de fome aos 3 anos, foi metalúrgico. Enfim, um perfil com o qual cada brasileiro se sente identificado”, avalia.

Embora a enxurrada de escândalos possa, num primeiro momento, ter sido ventilada como sintoma da morte política do presidente, o prenúncio não se confirmou também pelo próprio desempenho do governo Lula, entende Valmir. “Ele conseguiu atingir a expectativa dos menos favorecidos, melhorando o poder de compra do salário mínimo. Para os mais pobres, conseguir comprar um pacote de bolacha repercutiu muito. Também conseguiu causar boa impressão para os homens de negócio, garantindo segurança para a macroeconomia”, analisa.



Valmir: “partidos precisam resgatar valores ideológicos e programáticos”

Instituto da reeleição à presidência deve acabar

Aprovada através de emenda constitucional em 1997, a reeleição, sem dúvida, é um dos institutos mais polêmicos hoje em vigência no país. Muitos a criticam, outros a aprovam em nome, muitas vezes, de interesses imediatos. O então presidente Fernando Henrique Cardoso inaugurou, em 1998, a mudança introduzida na Constituição Federal em seu governo após inúmeras manobras: FHC tornou-se o primeiro presidente reeleito do País, ficando no comando do Palácio do Planalto de 1995 a 2003.

Com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não foi diferente. Até bem pouco tempo atrás, o petista não escondia sua reprovação ao instituto. Mas, se depender da análise de estudiosos, a reeleição não vai prosperar por muito mais tempo em solo brasileiro. “Mesmo não permanecendo no poder, quem fica no governo é um amigo, tendo maior liberdade e trânsito”, observa o professor Valmir dos Passos, justificando a situação desigual que a reeleição promove entre os candidatos.

Valmir também defende uma profunda reforma política no País, passando necessariamente pelo fortalecimento dos partidos. “Hoje os partidos viraram pequenos aparelhos burocráticos. Precisamos revigorar e popularizar a representação partidária, resgatando a

ética, os aspectos programáticos e ideológicos”, afirma o professor.

Entre os mecanismos para recuperar os partidos, Valmir aponta a cláusula de barreira como um dos caminhos. Prevista na Lei dos Partidos Políticos, esse dispositivo determina que tem direito a funcionamento parlamentar, em todas as Casas do Legislativo para as quais tenha elegido representante, o partido que, na eleição para a Câmara dos Deputados, obtenha no mínimo 5% dos votos apurados, distribuídos em pelo menos 1/3 dos estados, com um mínimo de 2% do total de cada um deles. Por funcionamento parlamentar entende-se o conjunto de regras que definem a atuação dos partidos na Casa, como o direito à liderança e à participação nas dezenas de comissões.

“Sou contra a bipartidarização, sou a favor de um sistema representativo plural. Mas ter 29 partidos já é bandalheira. Muitos partidos têm fins claramente oportunistas, virando refúgio para negociatas”, observa, defendendo também a fidelidade partidária.

“O problema é que os partidos hoje buscam candidatos bons de votos, mesmo sendo corruptos”, lamenta Valmir. Para frear a banalização, ele defende o fim do sistema proporcional e a adoção de listas partidárias fechadas, acabando com as guerras internas.



Para o professor Remy, a legislação eleitoral é anacrônica e os partidos políticos carecem de consistência

Foto: divulgação

ELEIÇÕES

Democracia plena exige partidos fortes

Procurador eleitoral do TRE/SC considera imprescindível o resgate de princípios ideológicos, programáticos e éticos

Sandra Annuseck

Com a missão de fiscalizar a correta aplicação da legislação eleitoral junto ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, o procurador Carlos Antônio Fernandes de Oliveira faz um diagnóstico da apatia do eleitor brasileiro: a falta de normas bem definidas no cenário eleitoral. "O Brasil precisa de uma reforma eleitoral urgente", sentencia o procurador do alto da experiência de quem está há mais de uma década e meia à frente da fiscalização dos processos eleitorais em nosso estado. Em entrevista exclusiva ao AL Notícias, o procurador não usa de meias-palavras para defender o fim da reeleição e mudanças drásticas no sistema político do País.

AL Notícias - A legislação eleitoral vigente é atual ou precisa ser modificada?

Carlos Antônio Fernandes de Oliveira - O Brasil precisa de uma reforma eleitoral para criar um novo Código Eleitoral, incluindo novas leis de inelegibilidade, de campanha eleitoral e de propaganda eleitoral. O código hoje vigente é de 1975. De lá para cá, a sociedade evoluiu, assim como os métodos de se fazer campanha. Até pouco tempo atrás, cada eleição tinha uma lei casuística. Hoje, temos a Lei 9.504, de 1997, uma lei geral para disciplinar as eleições. Recentemente, ocorreu uma minireforma através da Lei 11.300, de 2006. Embora deste ano, alguns dispositivos da lei já entraram em vigor.

AL Notícias - Na sua avaliação, qual o grande problema do sistema eleitoral vigente?

Carlos - A eleição em sistema proporcional, mecanismo que permite que candidatos sem expressão se elejam, em detrimento dos bem votados. Um dispositivo que não atendeu ao objetivo da lei, que era de promover a participação das minorias.

AL Notícias - Com uma lei mais severa para candidatos, partidos ou coligações, o que mudou na prática? A campanha perdeu o aspecto de "show" ganhando, de fato, seu rumo, que é de mostrar ao eleitor os candidatos tal como são, longe dos recursos da tecnologia. Como o senhor avalia a aplicação desta lei de 2006? As mudanças repercutiram de maneira positiva ou negativa na campanha?

Carlos - É uma faca de dois gumes: tem o lado positivo e o negativo. Positivo: tirou como você disse a visão de show da campanha, transformando-a em comício tradicional, com priorização de propostas. Antes, a campanha estava mais preocu-

pada em levar entretenimento ao eleitor, relegando as propostas a um segundo plano. Negativo: a lei proibiu a distribuição de camiseta, chaveiros, colocação de outdoors, showmícios e pequenos eventos... Uma mudança, que na minha avaliação, beneficia apenas os atuais detentores de mandato, que já são conhecidos, já tem uma base eleitoral, escritório regional... Os novatos, pelo contrário, ainda não têm visibilidade. Com isso, embora a nova lei tenha afastado o poder econômico e o glamour da campanha, dificultou a vida dos novos aspirantes.

AL Notícias - Toda vez que o País atravessa uma crise política surge como antídoto aos grandes males a propalada reforma política, que nunca deslança. Na sua avaliação, o Brasil precisa desta reforma? Em que pontos?

Carlos - A reforma política precisa acontecer simultaneamente com a reforma eleitoral. Não podemos falar em mudanças no sistema proporcional sem antes fortalecer os partidos. O partido não pode ser fraco, precisa ter idéias e filosofia. O eleitor precisa votar nos partidos com consciência de que qualquer dos nomes do quadro segue aquela linha de pensamento. Por isso, os



Fotos: Carlos Killian
"...O partido não pode ser fraco, precisa ter idéias"



...e filosofia. O eleitor precisa votar nos partidos...



...e eles devem assumir sua responsabilidade

partidos precisam assumir a responsabilidade das listas que apresenta. Hoje, a lei dá mandato à pessoa, que depois de eleita troca de partido e leva o mandato consigo. Precisamos da fidelidade partidária. Hoje, num primeiro momento, a lei prioriza a fidelidade exigindo um ano de filiação para disputar um cargo. Mas, no entanto, um ano depois, a mesma lei põe por terra a fidelidade permitindo a troca. Com a adoção da fidelidade partidária, o político que trocar de partido perde o mandato, que será do partido.

AL Notícias - Além da fidelidade partidária, quais outros pontos, o senhor defende?

Carlos - O voto distrital, que pode ser misto, com votação regionalizada de candidatos e uma lista de votação fechada dos partidos. No caso de um dos candidatos da lista ser impugnado, todos os demais sofrem o mesmo. Com isso, os partidos terão mais responsabilidade na hora de definir suas listas. Só depois de implantadas estas mudanças, podemos então falar em financiamento público de campanha.

AL Notícias - Como assim?

Carlos - Só depois de termos regras sérias de criação e fundação de partidos e estabelecendo aos partidos esta responsabilidade sobre os nomes da lista, podemos admitir o financiamento público de campanha. Caso contrário, iria vir um Carnaval: além do financiamento particular, teríamos ainda o dinheiro público. Com o voto distrital, a fiscalização seria facilitada. Hoje, no sistema atual, é impossível impedir o abuso do poder econômico. A lei de inelegibilidade também precisa ser mudada analisando a vida pregressa dos candidatos.

AL Notícias - A apatia do eleitor está, na sua avaliação, então diretamente ligada à fragilidade dos partidos?

Carlos - Os partidos vão crescer a partir do momento que tiveram responsabilidade sobre seus candidatos. Hoje, os partidos não estão pre-

"A política está no sangue brasileiro, é como futebol: quando o time cresce, o torcedor volta a lotar os estádios. Na política também, quando as regras estiverem bem definidas, o jogo eleitoral vai voltar a empolgar"

ocupados com a seriedade e honestidade de seus nomes, mas sim com o poder de voto. Os políticos e homens públicos estão desacreditados por inércia própria. A partir do momento que tivermos uma legislação séria, certamente o povo brasileiro vai voltar a acreditar na política. A política está no sangue brasileiro, é como futebol: quando o time cresce, o torcedor volta a lotar os estádios. Na política também, quando as regras estiverem bem definidas, o jogo eleitoral vai voltar a empolgar.

AL Notícias - Como o senhor avalia o instituto da reeleição? Ele tem fôlego para ser mantido?

Carlos - Do jeito que está não. Quando foi implantada a reeleição, a lei deveria ter previsto a exigência da renúncia do candidato. Mesmo que hoje alguns detentores de mandato no Executivo se afastem, a marca de suas administrações permanece, ocasionando uma disputa desigual. É muito difícil provar o uso da máquina, só mesmo quando é flagrante. As vantagens, muitas vezes, são dadas a servidores, eleitores, uma espécie de uso da máquina branco, difícil de fiscalizar. Depois, muitos trabalham com a certeza da impunidade.

“A reforma política só sai se a opinião pública assim exigir”

Obstinado na busca da boa informação, o jornalista Carlos Fehlberg poderia ser definido, antes de mais nada, como um observador sagaz. Qualidade que lhe conferiu desempenho destacado como assessor de imprensa do presidente Garrastazu Médice, de 1969 a 1974, e à frente de jornais como Zero Hora (RS), entre os anos de 1965 a 1991, e Diário Catarinense (SC), onde atuou como diretor de redação de 1992 a 1998. Justamente no período em que o País assistia atônito ao “caçador de marajás”, Fernando Collor de Mello, naufragar em uma enxurrada de denúncias que culminaram com seu afastamento do comando do Palácio do Planalto, bem como acompanhava o desvendar do esquema PC Farias, dos anões do Orçamento, entre outras crises. Foi nesta época que o periódico catarinense proporcionou ao leitor uma vasta e atualizada cobertura do maior escândalo que até então assistiu o país, que ainda experimentava o frescor da retomada da democracia. Fehlberg não mediu esforços, atualizando as páginas do jornal madrugada adentro para cumprir sua função na luta incansável de quem vive e conhece os bastidores da notícia. Hoje, o jornalista atua no site www.politicaparapoliticos.com.br, que traz artigos e discussões sobre a vida partidária e política do país. Confira abaixo a entrevista com Carlos Fehlberg, que traça uma radiografia precisa do papel da imprensa, da mídia e dos políticos na construção da democracia.

Sandra Annuseck

AL Notícias - O horário eleitoral gratuito foi criado em 1962 por uma lei de autoria do deputado Osvaldo Lima Filho. Surgiu com objetivo de democratizar o acesso dos candidatos ao uso da televisão e rádio na campanha. Na sua avaliação, o horário gratuito influencia o voto do eleitor?

Carlos Fehlberg - Acho que o horário gratuito cumpre seu papel. Oferece uma oportunidade para o eleitor conhecer projetos de candidatos e suas idéias. Creio, porém, que o eleitor não deveria limitar-se a esse horário para definir seu voto, mas acompanhar mais e melhor os candidatos e seu desempenho.

Pode estar chegando o momento da adoção de outros mecanismos. Um acompanhamento insuspeito, através de algum tipo de instituto, por exemplo, oferecendo subsídios para uma avaliação mais completa. Conhecer bem o candidato passou a ser fundamental, depois de tantas surpresas e decepções dos últimos anos.

“Não será com omissões que a situação vai mudar, mas com a participação ativa do eleitor. A ausência não ajuda. O que se impõe é a escolha correta e bem informada.”

AL Notícias - Como senhor avalia o atual momento político que atravessa o país? O eleitor brasileiro está apático?

Fehlberg - O momento político, radicalizado, está absorvido mais por denúncias de corrupção do que planejamentos de governo ou resultados administrativos. Principalmente no campo federal. Não sei avaliar, com precisão, se existe uma apatia do eleitor. Sei que há muita preocupação com índices de abstenção, depois de tudo que se ouviu e leu nos últimos anos. Entendo, porém, que não será com omissões que a situação vai mudar, mas com a participação ativa do eleitor. A ausência não ajuda. O que se impõe é a escolha correta e bem informada.

AL Notícias - Na sua avaliação, instituto da reeleição tem fôlego para ser mantido?

Fehlberg - Acho que deveria haver uma revisão nesse ponto. Sou favorável a um mandato de cinco anos sem reeleição. Acho que o governante não ficaria com as atenções tão voltadas para seu próprio futuro político, mas sim para a tarefa para a qual foi eleito. Os gastos públicos seriam mais controlados, certamente. A reeleição condiciona o governante e compromete sua gestão. Os exemplos são tão evidentes que não há necessidade de argumentar muito.

AL Notícias - O político que não está em posição confortável nas pesquisas costuma depreciá-las. Até que ponto as pesquisas são um retrato fidedigno da realidade e até que ponto elas influenciam na escolha do eleitor?

Fehlberg - A reação às pesquisas faz parte do jogo político. Quem está bem aproveita o momento e até atrai mais apoios. Em geral, elas têm acertado e influenciam o eleitor. Servem, a rigor, aos dois lados.

Uns tirando proveito de sua liderança, outros alterando estratégias em busca de reversão. Claro que o eleitor às vezes é condicionado, mas a pesquisa bem feita deve ser entendida como o retrato de um momento, não a antecipação de um resultado.

AL Notícias - Como senhor avalia a cobertura jornalística da sucessão presidencial? Houve avanços em relação a outras disputas? E os debates têm força de definir uma eleição?

Fehlberg - A cobertura jornalística da atual sucessão presidencial, na minha opinião, tem sido boa. A mídia vem oferecendo amplo noticiário, debatendo programas de governo, repercutindo e mantendo vivo também o festival de denúncias dos últimos tempos numa cobrança válida e oportuna. Ela já tinha sido decisiva na abertura de investigações parlamentares. Só nos dois últimos anos tivemos, em nível federal, quatro CPIs no Congresso Nacional. E que funcionaram, apesar dos confrontos e tentativas de boicotes. O importante é que suas conclusões estão com o Ministério Público que atua com muita independência. Acredito na validade dos debates. Eles permitem a quem assiste tirar dúvidas. Vale observar ainda que o debate em torno das denúncias superou, em muito, o de propostas de governo. O que é um mau sinal.

AL Notícias - O jornal O Estado de S. Paulo diz que a atual legislatura do Congresso Nacional detém quatro recordes: maior número de parlamentares investigados por suspeita de crimes; maior número de suspeitos que se livraram de cassação na votação em plenário; maior número de renúncias para escapar de perda de mandato e maior número de infiéis que



Carlos Fehlberg
“A liberdade de imprensa deve ser fortalecida”

trocaram de partido. Esses recordes podem ser atribuídos a maior transparência e fiscalização com que a mídia tem atuado?

Fehlberg - Com certeza. Repito que a mídia esteve muito atuante e é responsável pelas investigações de sucessivos escândalos. Além disso, houve um avanço nas transmissões dos trabalhos das CPIs. Eles puderam ser acompanhados pela TV, seja a TV Senado ou Câmara ou até pela Net - Globonews. Esse fato ajudou muito na medida em que despertou interesse dos próprios congressistas. Foi outro avanço.

AL Notícias - Cada vez que o país atravessa uma crise surge a bandeira da reforma política como se fosse um antídoto aos males políticos. Por que afinal a reforma não evolui, fica no discurso e em inúmeras proposições no Congresso Nacional?

Fehlberg - As lideranças políticas também são responsáveis pelo atraso das reformas. Só se fala nelas quando os escândalos se sucedem e são expostos. Quem não se lembra do Centrão na Constituinte, quando um de seus líderes, Roberto Cardoso Alves,

“O festival de troca-troca de partidos é uma das causas da crise política. É só verificar o número de mudanças ocorridas para se ter uma idéia da importância de correções”

usou a conhecida frase de que “é dando que se recebe” para definir a filosofia do grupo parlamentar que deu sustentação ao governo. Na sequência tivemos a CPI do PC, dos anões do Orçamento e assim por diante. Agora, as CPIs do Mensalão, dos Correios, dos Bingos e dos Sanguessugas. Por coincidência, nessas ocasiões, sempre se falou em reforma política como remédio para combater a corrupção. Mas não passou da promessa. O fato é que a reforma

ELEIÇÕES

“Sou favorável a um mandato de cinco anos sem reeleição. Acho que o governante não ficaria com as atenções tão voltadas para seu próprio futuro político, mas sim para a tarefa para a qual foi eleito”



“Partidos fortes são condição para a democracia”

não virá se a opinião pública não for suficientemente forte para exigir-la. E aí a mídia, mais uma vez, terá um papel importante e decisivo. Recentemente a Câmara, pressionada pelos escândalos e absolvição de parlamentares comprometidos e responsabilizados pelo Conselho de Ética, decidiu suprimir o voto secreto. É bom, agora, acompanhar os desdobramentos dessa decisão, pois em alguns casos, o voto secreto evita outro tipo de problema que é a pressão do Poder Executivo, detentor de poderes conhecidos.

AL Notícias - Na instalação da Comissão Especial de Reforma Política, no dia 26 de fevereiro de 2003, o deputado Bonifácio de Andrada ressaltou que “a reforma política, de acordo com os estudos de Direito Constitucional, compreende: a organização dos Poderes, o que envolve o regime de governo; a estrutura do Estado, que é Federação; os sistemas eleitoral e partidário; e, finalmente, um tema moderno, que é a defesa nacional e segurança pública”. Afinal, a reforma não anda por que é muita complexa? Por onde ela deveria efetivamente começar?

Fehlberg - Acho que ela deveria ser feita por etapas, mas sem maiores intervalos. Insisto num ponto: ela não deve ser adotada para beneficiar um ou outro grupo, mas o país. Talvez no início de uma legislatura, distante ainda das disputas eleitorais, isso seja possível. E deveria começar envolvendo a questão partidária. Mas são todos pontos importantes, alguns merecendo revisão urgente.

AL Notícias - Quais os principais pontos que precisam, na sua avaliação, ser mudados para que seja fortalecida a democracia em nosso país?

Fehlberg - A qualidade e preparo de nossos governantes e congressistas e seu espírito cívico é fundamental. Acho, também, que a forma de preenchimento dos tribunais superiores deve ser altera-

da, evitando indicações exclusivas do Palácio do Planalto. Organizações como a OAB e associações de magistrados deveriam opinar. A liberdade de imprensa preservada e fortalecida é, talvez, um dos pontos mais importantes.

AL Notícias - Como o senhor avalia a proliferação de partidos?

Fehlberg - Partidos fortes e representativos são condição básica para uma democracia. A história mostra isso. Acho preocupante o fato de legendas sem expressão abrirem as portas para políticos despreparados e oportunistas. Algumas já foram chamadas de legendas de aluguel. Já tivemos até um presidente da República eleito por uma legenda sem nenhuma expressão e curta existência. E todos sabemos o que aconteceu. A legislatura que está chegando ao fim é um exemplo expressivo de como estamos mal nesse campo. Tivemos de tudo nesse período, até mesmo a renúncia de um presidente da Câmara, eleito pelo chamado “baixo clero”, sob ameaça de cassação por uma negociação esquisita e imoral com o concessionário de um restaurante da Casa!!!

AL Notícias - E a cláusula de barreira, é benéfica para o sistema?

Fehlberg - É na medida em que estabelece limites e exige representatividade. O festival de legendas terá um fim e com atraso.

AL Notícias - Como a senhor avalia o financiamento público das campanhas, uma das raízes da reforma política?

Fehlberg - Acho que é uma experiência. Vale acompanhar. O que não pode mais acontecer é o festival de doações ligadas a interesses de grupos. Também nesse caso a atual legislatura expôs o problema.

AL Notícias - A fidelidade partidária, tão propalada, seria, na

sua avaliação, um mecanismo para corrigir distorções do atual sistema?

Fehlberg - Acho justa a exigência de fidelidade, pois representa um fortalecimento para as agremiações partidárias. Ela impõe ao político certos compromissos ligados ao programa e orientação partidária. É bom que se deixe claro que o festival de troca-troca (outro recorde negativo nesses últimos quatro anos) é uma das causas da crise política. É só verificar o número de mudanças ocorridas, em função de vantagens, para se ter uma idéia da importância de correções.

AL Notícias - As mudanças promovidas pela minirreforma eleitoral, tirando o tom de show da campanha eletrônica, foram na sua avaliação positivas ou negativas?

Fehlberg - Há quem as considere um forte obstáculo para os candidatos novatos, que, entre outros adereços, não puderem distribuir brindes para conquistar visibilidade. A tentativa foi de moralizar a campanha, diante dos exageros dos últimos tempos. Em geral mudanças desse porte acabam ocorrendo, quase sempre, em tempos de deslizamentos da área política, por isso nem sempre são as melhores ou mais profundas. Buscam, na realidade, dar uma satisfação pública à sociedade e não corrigir em profundidade os desvios.

AL Notícias - E a lei democratizou ou não a campanha?

Fehlberg - A lei tornou mais difícil, um pouco, a repetição de exageros e deslizamentos. Vale a pena depois da eleição fazer um balanço a respeito e tirar conclusões sobre as mudanças. Verificar se foram suficientes, se travaram o abusivo poder econômico e até se foram adotadas outras alternativas. Seria um bom exercício para a justiça eleitoral e os partidos. E até uma boa pauta...

Horário político não esclarece o eleitor

Rodrigo Viegas

O objetivo do horário político eleitoral é evitar que apenas candidatos ricos e poderosos tenham acesso à TV e ao rádio. Para o jornalista Paulo Markun, 35 anos de profissão, o horário alcançou este e outros objetivos, mas deixou lacunas. “Acredito que o horário eleitoral dá argumentos para os eleitores já decididos, apresenta candidatos novos ou pouco conhecidos e, em casos muito extremos, pode atingir o adversário abaixo da linha d’água. O horário serve pouco para esclarecer os eleitores, confrontar as propostas”, sintetiza.

Repórter, subeditor, editor, chefe de reportagem, âncora, apresentador, comentarista e diretor de redação em emissoras de televisão, jornais e revistas, Markun foi um dos fundadores da Revista Imprensa e assessorou políticos de diferentes correntes ideológicas. Existem propostas, assinala ele, que podem diminuir a distância entre eleitor e candidato e devem ser levadas ao cidadão. “O Mário Covas queria implantar a regra do ao vivo no horário eleitoral. Mesmo cenário, mesmos temas, candidato e eleitor olho no olho. Nunca emplacou, mas seria interessante”, explica.

Atualmente na TV Cultura, onde dirige e apresenta o programa “Roda Viva”, o jornalista já recebeu a visita

de quase todos os presidentes e tem sido o mediador preferido dos debates entre candidatos em vários estados. Markun critica o formato de debate político utilizado hoje pela televisão brasileira. “Esse debate engessado pouco adianta. Entrevistas podem ser mais esclarecedoras, desde que tenham tempo suficiente e a participação dos favoritos, o que não ocorre”.

PESQUISA - Favoritos, na qualificação eleitoral, são os candidatos bem posicionados nas pesquisas, apontados ou tidos como vencedores. “Pesquisa ajuda a convencer quem prefere o favorito - e são muitos. Mas melhor com pesquisa do que sem elas”, salienta o jornalista.

Markun avalia que houve alguns avanços na qualificação dos candidatos. “Um dos dados positivos dessa eleição, que não tem muito o que comemorar, é o fato os tribunais regionais eleitorais terem impugnado um número recorde de candidaturas. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não mexeu nas regras do jogo, como poderia ter feito, mas agora promete agir com mais rigor”, afirma.

Sobre a relação da mídia com o processo eleitoral, o jornalista acredita que a cobertura da imprensa tem sido mais substantiva. “As entrevistas dos candidatos na televisão tiveram um grau de agudeza maior”, avalia.



ELEIÇÕES

Imagens que marcaram a eleição

Solon Soares



O domingo de eleições foi tranquilo na maior parte das cidades catarinenses. Na capital (fotos), a sujeira deixada por candidatos ou seus cabos eleitorais, apareceu depois de mais de três meses de uma campanha relativamente limpa.

A prece do ex-governador Esperidião Amin (PP), antes de votar e a comemoração antecipada do ex-governador, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), quando chegava para votar, em Joinville.

Jovens com menos de 16 anos de idade e idosos com 65 anos ou mais, principalmente, fizeram questão de comparecer às urnas

Carlos Kilian



Jonas Lemos



Jaksson Zanco/Divulgação

